



O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 40ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e 24ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Quero aqui registrar que esta reunião faz parte de uma série de audiências públicas, fruto de requerimentos apresentados por Senadores e Senadoras no sentido de se buscar uma solução negociada e política, com o Senado cumprindo seu papel como representante da Federação, de forma que até o dia 15 de setembro nós tenhamos uma proposta que evite a derrubada do veto do Presidente Lula, que seria um desastre para todos nós, e a judicialização desse assunto.

Esta audiência pública é conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, presidida, como muita competência, pelo Senador Benedito de Lira; com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, que tem nos acompanhado. A CAE tem feito muitas audiências públicas, até pelos assuntos comuns, com a Comissão de Infraestrutura, com a nossa querida Senadora Lúcia Vânia.

Esta audiência pública conta com a presença, como expositores, fechando esse ciclo de audiências públicas, do Exmº Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás. O Governador Perillo está chegando. S. Exª teve um pequeno atraso na rota Goiânia/Brasília, mas daqui a pouco estará conosco. Ele pediu para que nós já abrissemos esta audiência pública. Também com a do Exmº Sr. Simão Jatene, aqui representado pelo seu Vice-Governador, Sr. Helenilson Cunha Pontes, Vice-Governador do Estado do Pará, a terra do Senador Flexa Ribeiro – Senador Flexa, paraense ilustre! E com a dos Senadores Wellington Dias e Francisco Dornelles, que são efetivamente os dois Senadores que estão se articulando com o Governo Federal, com o Ministro Guido Mantega, com o Secretário-Executivo Nelson Barbosa, com os demais Senadores, com as comissões que tratam desse assunto; portanto, são os focos principais, e aqueles que coordenam este grande debate, olhando os Estados produtores e os não produtores no sentido de a gente buscar uma solução definitiva para a questão dos *royalties*.

Como eu disse inicialmente, a finalidade desta reunião é debater a repartição dos *royalties* do petróleo entre os entes da Federação brasileira, em atendimento aos Requerimentos, como citei aqui, nºs 58-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e de outros Senadores; nº 62-CAE, de iniciativa do Senador José Pimentel e de outros Senadores; nº 63-CAE, de autoria da Senadora Lídice da Mata; nº 46-CI, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro; nº 46-A, também da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de iniciativa do Senador Walter Pinheiro e de outros Senadores; nº 51-CI, também da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de iniciativa do Senador Antonio Carlos



Valadares; e nº 21-CDR (Comissão de Desenvolvimento Regional), de iniciativa da Senadora Lídice da Mata.

Os expositores terão vinte minutos para fazer suas exposições. Vou procurar seguir, até por causa do tempo, o que o Regimento determina. Aquela velha regra: os interpelantes três minutos, Senador Casildo, e depois o interpelado, mais três minutos. E eu acho que seria, até para ter objetividade neste debate, fazer as perguntas em bloco, e depois os expositores responderiam.

Antes de começar esta audiência, eu queria passar a palavra à Senadora Lúcia Vânia, depois ao Senador Benedito de Lira. E aí nós começaríamos esta audiência com o Vice-Governador do Pará, Helenilson Cunha Pontes, depois, o Senador Wellington Dias e, depois, o Senador Francisco Dornelles.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a havia convidado o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, o Prefeito Paulo Ziulkoski, do Rio Grande do Sul. E ele, como está em Porto Alegre agora de manhã, não conseguiu embarcar. Recebeu ontem à noite, esforçou-se, mas não conseguiu embarcar para chegar até aqui para representar os municípios brasileiros neste debate que vai acontecer. Então, pede para justificar a V. Ex^a e aos demais convidados que estão aqui e aos colegas sua ausência neste momento, embora contra a vontade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo. E não só o representante, o Presidente da Associação, Dr. Paulo Ziulkoski, mas também o próprio Deputado Alceu Moreira, que é o Presidente da Frente Parlamentar, também do Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amélia, e que não pôde estar aqui presente, mas, evidentemente, há requerimentos nesse sentido nas Comissões e, sem dúvida nenhuma, vamos ouvi-los.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Senador Delcídio Amaral, Presidente Senadora Lúcia Vânia, Presidente Senador Benedito de Lira, Sr. Vice-Governador Helenilson Pontes, Senador Dornelles, Senador Wellington. Eu queria pedir a V. Ex^a – V. Ex^a há pouco fez referência a mim como filho ilustre; eu sou um filho, com muita honra, do Estado do Pará, V. Ex^a sim que é um paraense de coração, com raízes profundas no nosso Estado, em Tucuruí, onde comandou a implantação da hidrelétrica de Tucuruí, e nos ajuda agora como



Relator da Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte – que não se pratique contra o Estado do Pará aquilo que foi feito sem, evidentemente, a concordância de V. Ex^a na instalação de Tucuruí.

Eu quero aqui agradecer de público, Governador Helenilson Pontes, porque o Senador Delcídio do Amaral é um parceiro do Estado do Pará na defesa dos interesses do nosso Estado com relação à implantação de Belo Monte.

Mas eu queria sugerir, se possível fosse, que nós fizéssemos uma inversão. O Governador Marconi Perillo ainda está em uma audiência externa, está vindo. Que pudéssemos ouvir os Presidentes das Comissões, que, junto com a CAE, lideram esta audiência, depois os Senadores Dornelles e Wellington, e os representantes dos Estados, Vice-Governadores e o Governador Marconi, pudessem falar, após os dois Senadores, que têm propostas objetivas para solucionar esse impasse com relação à distribuição dos *royalties* do pré-sal. Que pudéssemos já ouvir, com o conhecimento e o aprendizado que a inteligência dos dois Senadores transferirão para nós, aquilo que vamos discutir ao final.

Era uma sugestão que eu queria colocar à apreciação de V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, ontem, tivemos uma importante reunião, creio que fruto do esforço que esta Comissão, aqui convergindo em torno de três Comissões, a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Desenvolvimento Regional. O esforço do Senado tem sido grande na busca de um entendimento. O ambiente não apenas entre os Senadores, mas também entre os governadores de Estados confrontantes, produtores e não produtores, nunca esteve tão bom. Ontem, pudemos ter aqui uma demonstração clara disso, com a visão de estadista que teve o Governador Eduardo Campos, de Pernambuco, sinalizando para a necessidade desse entendimento.

Pois bem, na audiência com o Ministro Guido Mantega, o Ministro sinalizou que até o dia 14 de setembro estaria propondo uma nova versão ou uma nova proposta em nome do Governo Federal, uma versão aperfeiçoada do PL 8.051, que se encontra tramitando na Câmara dos Deputados.

Penso que esta Comissão também poderia se debruçar, a partir desta reunião ou talvez, quem sabe, a partir da próxima, em que nós ouviríamos o secretário-executivo Nelson Barbosa, excelente técnico que está avaliando o impacto dessas propostas todas, e, ao final, nós poderíamos, em razão da boa política, nos debruçar também em torno de uma proposta que pudesse representar o entendimento daquilo que estamos pensando.

Nós temos pelo menos duas propostas. O senhor também é autor de uma proposta, mas eu acho que a proposta desenhada e tão bem coordenada



pelo Senador Wellington Dias, assim como pelo Senador Francisco Dornelles, resume muito esse entendimento e a possibilidade de chegarmos a um acordo, para evitarmos aquilo que seria o pior dos mundos, não para os nossos Estados, mas para o País, que seria a judicialização da distribuição dos *royalties*, através da guerra campal e aberta e conflituosa que nós viveríamos, na sessão do Congresso Nacional, em que o veto do Presidente Lula seria apreciado.

Então, a sugestão que faço, o encaminhamento que faço a V. Ex^a e aos demais presidentes, assim como aos nossos colegas Senadores, é que após essa rodada nós pudéssemos nos debruçar em torno de uma proposta técnica que pudesse expressar o sentimento do Senado e dessas Comissões.

É a proposta que faço.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permite um aparte, Senador Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ouço o aparte de V. Ex^a com muita honra e com muito prazer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O implacável Senador Flexa!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Delcídio, só para fazer um registro.

Se nós olharmos aqui a audiência de hoje e fizermos uma comparação com a de ontem, nós vamos ver que realmente os governadores filiados à Opep lotaram o recinto da Comissão, ao ponto de não ter lugar nem para ficar em pé. Os Senadores tiveram que sentar aqui à frente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Isso porque foi na quarta-feira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não é só por isso. É porque lá teria algo a distribuir e aqui nós estamos solicitando, nós estamos pedindo algo com o pires na mão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nós somos consumidores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É, nós somos consumidores. Mas, Senador Dornelles, ontem eu fiz uma referência ao presidente da Opep, o Senador Sérgio Cabral, o Governador Sérgio Cabral, dizendo que o Pará vai entrar para a Opep. Então nós vamos estar ao seu lado daqui a algum tempo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.



A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É apenas para compartilhar com o Senador Ricardo Ferraço a respeito da questão do encaminhamento de uma negociação, de um entendimento nessa matéria. Para o País e para o Congresso Nacional, o pior dos mundos seria a judicialização dessa matéria. Eu queria dizer que agora, do ponto de vista do Senado, a condução, nas mãos do Senador Francisco Dornelles, meu querido líder e mestre, que é do Rio de Janeiro, Estado produtor, digamos, maior interessado junto com o Espírito Santo nessa questão e o Senador Wellington Dias que representa a parte pobre no compartilhamento dessa riqueza que é dos brasileiros, dos consumidores, acho que está exatamente, digamos, a substância do que nós precisamos aqui dessa convivência.

Querida cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia e o senhor pela condução ontem, pois foi uma das mais produtivas audiências sobre uma matéria tão complexa quanto é essa do pré-sal. Até então as questões estavam muito, digamos, confrontadas e agora se começou a ver desanuviado o clima...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª me concede um aparte?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (...) como bem disse o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O ambiente político é tão favorável que nós, capixabas, estaremos recebendo amanhã, com tapete vermelho e banda de música, o Senador Wellington Dias para continuarmos e aprofundarmos esse debate. Tudo isso fruto, Presidente, desse esforço que estamos fazendo aqui no Senado para que a política com “P” possa continuar sendo exercida em benefício do País.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só para terminar, porque queremos trabalhar e ouvir o vice-governador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E com moqueca...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Ferraço.

Eu queria aproveitar, porque como o Senador Flexa Ribeiro invocou a sua condição, Presidente Delcídio do Amaral, de um parlamentar e político envolvido com as questões energética, ele citou Belo Monte. E eu faço, como Gaúcha e, também, imagino em nome do Senador Casildo e dos catarinenses, um pedido de um envolvimento de V. Exª, da frente parlamentar do carvão, para que não seja mantida a decisão de não incluir essa matéria-prima de produção de energia na mudança da nossa matriz energética da forma como foi definida pelo Governo, pelo Ministério de Minas e Energia. Isso é um “arrasa quarteirão” sobre Santa Catarina e sobre o Rio Grande do Sul.

Como V. Exª conhece a matéria, é especialista na área de energia, tenho certeza que o senhor papel é muito importante para todos nós. É um pedido



como gaúcha em relação a esse esquema.

Muito obrigada.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Para endossar a tese da Senadora Ana Amélia, Senador. Os catarinenses comungam com essa tese.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, pelos *royalties*, gostaria de me juntar a todos e começar a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

Se todos os Senadores estiverem de acordo com a proposta, até porque o Senador Dornelles e o Senador Wellington conhecem esse assunto profundamente e já estão estudando isso e fazendo todas as articulações para chegarmos a uma solução definitiva. Então, se todos os Senadores estiverem de acordo de inverter a pauta e começar pelo Senador Wellington, depois Senador Dornelles...

Concorda, Senador Dornelles? (*Pausa.*)

Concorda, Senador Wellington? (*Pausa.*)

Sem problemas. Ai vêm o Vice-Governador Helenilson Cunha Pontes e o Governador Perillo.

Meu caro Senador Flexa, a Subcomissão presidida por V. Ex^a, a de Belo Monte, terá um papel preponderante; não avançou ainda o necessário, porque ficou numa fase de definições e licenciamentos, de construção, elaboração do projeto, do consórcio que irá desenvolver a usina de Belo Monte. E seremos parceiros, até por toda a experiência vivenciada na Amazônia, especialmente em Tucuruí, que é uma usina importantíssima para o Pará e o Brasil, onde aprendemos muita coisas boas e difíceis para o Estado do Pará.

Apenas reiterar, Senadora Ana Amélia e Senador Casildo, que essa é uma bandeira que temos que empunhar, que é a questão do carvão mineral. É uma indústria que emprega muita gente e é fundamental para o Sul do Brasil, especialmente para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

É muito bonito fazer discurso de energia renovável, mas com as limitações ambientais que existem hoje, usinas a fio de água – Belo Monte é uma delas e as outras de Rondônia, também, Jirau e Santo Antônio –, temos que ter a complementação térmica. É muito bonito falar de energia solar, é maravilhoso, mas o problema é o custo. Essas energias vão crescer inegavelmente na matriz, semelhantemente ao que acontece pelo mundo, mas o Brasil tem que ter geração termoelétrica para firmar a energia do sistema interligado e garantir segurança energética. Por isso não podemos impedir que as termoelétricas a carvão e mineral não participem do leilão A-5. Do meu ponto de vista é um equívoco tirar o carvão mineral da matriz brasileira por toda a riqueza que ele gera. E carvão



mineral tem em tudo quanto é lugar no mundo, quer dizer, para quem não sabe, a China, a Europa, Estados Unidos, a América do Sul rodam assim. Existe tecnologia limpa; existem capitais na Europa que visitamos, com usina a carvão dentro da capital, e não tem uma poluição. É leito fluidizado e outros processos que a tecnologia desenvolver. Temos que avançar nesse sentido. (*Palmas.*)

Estou defendendo o Sul.

Vou passar a palavra para a Senadora Lúcia Vânia, depois para o Senador Benedito de Lira e, então, começamos com o Senador Wellington, Senador Dornelles, Vice-Governador Helenilson e, depois, o Governador Perillo, que está chegando.

Com a palavra Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente da comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Senador Benedito de Lira, quero cumprimentar o Vice-Governador do Pará e, cumprimentando-o, quero homenagear meu colega de bancada atuante, determinado e persistente, Senador Flexa Ribeiro. Quero cumprimentar o Vice-Governador Helenilson Pontes e dizer da nossa satisfação em recebe-lo aqui. Pode ter certeza de que V. Ex^a tem um Senador combativo e que defende o Pará com todas as suas forças. Cumprimentar o Senador Francisco Dornelles, que tem sido nosso professor nesse assunto; é determinado, aplicado e é muito bonito ver um Senador tão aplicado como o Senador Dornelles. S. Ex^a não só estuda como faz com que todos estudemos com ele. Parabéns!

Cumprimento o Senador Wellington, que tem sido outro batalhador determinado, que representa a todos que não temos a mesma condição do Sul e do Sudeste ou pelo menos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Quero dizer que vemos com muito entusiasmo o seu trabalho de articulação política e sua determinação em apresentar um projeto em nome dessa Casa.

Quero cumprimentar os colegas Senadores, a imprensa e aos convidados.

Realizamos mais uma etapa do ciclo de debates para discutir a distribuição de *royalties* do Petróleo com a presença do Governadores aqui citados; Governador Marconi Perillo, que não se encontra ainda, do meu Estado, Goiás, e o Vice-Governador Helenilson Pontes do Estado do Pará, ambos representantes de Estados não produtores cujas presenças muito nós honram nesta Comissão.

Ao longo dessas últimas duas semanas, tivemos a oportunidade de ouvir a posição do Governo Federal, aqui representado pelo Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão; da Petrobras. através do Presidente José Sérgio Gabrielli; e dos Governadores do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Pernambuco. O ponto comum de todas as explanações realizadas até o momento é a certeza de que a derrubada do Veto invariavelmente levará o Governo e Estados produtores ao Supremo Tribunal Federal, judicializando essa discussão, o que



também não será bom para ninguém, menos ainda para o País.

Nesse sentido, ouvimos ontem o Governador Sérgio Cabral. Sua proposta para solução do impasse, resumidamente, pretende manter as regras para os campos já licitados, também do pré, como pós-sal. O Governador reconheceu a necessidade de destinar parte dessa nova riqueza para diminuição das desigualdades regionais, tomando como parâmetro as propostas do PL nº 8.051, do Poder Executivo, hoje em tramitação na Câmara dos Deputados. Por fim, destacou a necessidade de criação de uma regra de transição, com a criação de um fundo para Estados e Municípios não produtores a partir dos recursos da União.

Não existe dúvida alguma que o PL nº 8.051 do Governo Federal é benéfico aos Estados produtores. No entanto, existem outros projetos que devem ser discutidos – e é o que vamos fazer hoje –, do Senador Wellington Dias e Francisco Dornelles. Estes, seguramente, atendem aos Estados não produtores ao proporem uma distribuição mais justa dessa riqueza.

Vimos os gráficos de aplicação de recursos da Petrobras, apresentado pelo Presidente José Sérgio Gabrielli. Esses dados revelam a grande concentração de recursos em determinadas regiões. As regiões produtoras atraem demandas, mas também atraem investimentos, o que gera a concentração de emenda. Assim se torna indispensável uma ação do Governo no sentido de descentralizar riquezas. É o eixo central dessa discussão, e estamos diante da oportunidade ideal para equalizar esse problema de forma a promover a diminuição das desigualdade sociais e regionais.

Portanto, esse é o nosso objetivo. Estamos todos desarmados para uma discussão de alto nível, sabendo e entendendo que a região Sudeste, representada pelo Rio de Janeiro e Espírito Santo são, é uma região importante, que não pode ser prejudicada, mas não podemos deixar de ressaltar a importância e a oportunidade que temos, nessa discussão, de fazer com que o País seja menos desigual, dotando as regiões não produtoras também de uma parte dessa riqueza que é de todos os brasileiros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Por favor, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Meu caro Presidente, Senador Delcídio, cumprimento V. Ex^a por mais uma vez presidir esta audiência pública. Cumprimento a companheira Presidenta da Comissão de Serviços de Infraestrutura Senadora Lúcia Vânia. Quero cumprimentar o companheiro e prezado colega Senador Wellington Dias, o Vice-Governador do Pará, Helenilson Cunha Pontes, e meu líder, Presidente do meu partido e um dos mais estudiosos no que diz respeito a essa demanda que estamos tendo no Congresso, nesta Casa da Federação, Senador Francisco Dornelles.



Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, amigos, imprensa, ao chegar a esta Casa, vínhamos da outra Casa – e aqui há diversos Senadores que são oriundos da Câmara dos Deputados, como o Senador Pimentel, Walter e outros companheiros que não se encontram nesta Comissão – e, Senador Delcídio, o que estamos observando neste momento importante para o País, é exatamente uma postura diferente daquilo que tivemos a oportunidade de assistir na Câmara dos Deputados quando se discutia, exatamente esse projeto de distribuição dos *royalties*, as emendas apresentadas e, após isso, o veto apostado pelo Presidente Lula.

Ontem foram uma grata surpresa as manifestações feitas aqui pelo Governador do Rio de Janeiro e pelo Governador do Espírito Santo com intermediação do Governador de Pernambuco e a participação efetiva do Governador de São Paulo. E, hoje, estamos recebendo a representação do Pará e de Goiás, representando, sem dúvida nenhuma, as regiões Norte e Centro-Oeste, isso nós dá um alento muito grande, porque, em nenhum momento, podíamos admitir ou perceber que os ânimos se acirrassem de tal modo que não chegássemos a um entendimento.

É preciso que cada um de nós tenha a consciência de que as decisões políticas serão tomadas nesta Casa ou na outra Casa do Congresso Nacional. O que é política tem que ser tratado aqui, no diálogo, no entendimento, nos encontros e desencontros. No primeiro momento, no desencontro; e, depois, na convergência dos encontros. Tenho certeza absoluta que não é dá vontade do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, dos Estados que se dizem produtores, porque, na minha visão, Presidente Delcídio, produtores são todos aqueles Estados que até que se prove o contrário. Existe uma demanda muito grande no que diz respeito ao Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, em detrimento de outros Estados onde ainda não está sendo explorada a riqueza que têm no subsolo, lá na plataforma submarina.

Parece-me que o lençol petrolífero não se resume apenas a uma determinada região, na minha visão, leigo como sou no assunto, mas me parece que o lençol petrolífero do Brasil, se está sendo encontrado agora na plataforma submarina, logicamente que está no mar como um todo. Esse entendimento está surgindo e agora, graças a Deus está vindo para a mesa de negociação, o Governo, que até então na tinha se manifestado e agora está achando que tem que participar, porque é um dos grandes, que tem o maior quinhão. Isso é importante.

Quero cumprimentar as Comissões de V. Ex^{as}, Senadora Lúcia Vânia, Senador Delcídio; cumprimentar a todos que, de uma forma muito competente e responsável, numa demonstração inequívoca de que realmente existe o desejo de pacificar o País. E é essa a nossa obrigação. O Senado é a Casa da Federação, e não podemos criar uma guerra entre Estados. Precisamos ter a compreensão e, ao mesmo tempo, encontrar o caminho para que todos



saíam ganhando: quem já tem que não seja prejudicado e quem não tem que possa ter oportunidade de ter.

Quero cumprimentar V. Ex^a mais uma vez e dizer que precisamos tocar a audiência pública porque temos muitos assuntos para tratar daqui por diante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

Passo a palavra ao Exm^o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Bom dia, Sr. Presidente. Primeiramente, minha gratidão por este privilégio de poder expor algumas ideias, que não são minhas, mas que ao longo desse período venho viajando pelos Estados – são cerca de 14 Estados já visitados – e tenho aprendido muito. Fui ao Espírito Santo e combinei ontem com o Governador Sérgio Cabral de ir ao Rio de Janeiro.

Penso que se trata de um tema em que não podemos olhar pela ótica de quem é o Prefeito daquele Município, quem é o Governador daquele Estado, quem é o Presidente da República. Estamos tratando aqui de uma riqueza que irá ultrapassar este século. Assim, numa dada hora, aquele que é Governo vira oposição e a oposição vira Governo. É preciso pensar na geração atual e nas gerações futuras.

Digo ainda que estou muito animado com os frutos desse entendimento. E quero começar dizendo que sou grato aos Parlamentares, se eu pudesse simbolizar todos da Câmara e do Senado, do Fórum dos Governadores, das entidades, dos Municípios e dos movimentos sociais diversos... Inclusive, fiquei feliz em ver os estudantes numa manifestação pedindo que, do dinheiro do pré-sal, da parte do fundo social, pudesse ter uma fatia de 50% para a educação. Isso é importante para as novas gerações.

Destaco aqui, simbolicamente o Senador Dornelles, o Senador Lindbergh, o Senador Crivela, Ferraço, Ana Rita, enfim, para citar alguns aqui dos Estados confrontantes ou produtores, e que têm tido uma participação decisiva nesse trabalho. E os nossos pares dessas três Comissões têm tido um papel muito importante.

Permitam-me dizer que minha animação não é por acaso: ontem aqui – e venho acompanhando desde algum tempo esse diálogo ainda na Câmara e no Senado – ouvir o Governador Sérgio Cabral e o Governador Casagrande nas apresentações feitas, colocando um ponto que é crucial nesse debate. Os Estados, outros do Brasil, um ponto importante é não querer deixar para 2019 e 2020 para começar a receber alguma coisa. Ouvimos aqui na apresentação do Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, que o dinheiro novo que vai entrar até por volta de 2020 é o dinheiro dos 28% licitados. E esse é o ponto que precisamos compreender para o entendimento. Ouvi também que esses outros Estados



precisam participar, já a partir de 2011 e 2012, do momento da aprovação da regra. Em seguida, ver aqui o Governador Eduardo Campos, e tenho certeza que nosso querido Helenilson Pontes e outros Governadores com quem temos dialogado, do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, mas também parte do Sudeste, parte do Sul, Paraná, Santa Catarina, que também têm partilhado desse entendimento de uma distribuição justa que leve em conta não desequilibrar em primeiro lugar esses Estados, reconhecer as regras que foram feitas em algum momento por esse Congresso e, ao mesmo tempo, reconhecer que os Estados confrontantes ou afetados precisam de uma compensação especial, como prevê a lei. Acho que é esse ponto que dá o equilíbrio para os entendimentos.

Minha satisfação é maior ainda, como diziam o Senador Lindbergh e o Senador Ferraço, porque ontem, pela primeira vez, desde que assumiu a Presidência da República, a Presidente Dilma sentou à mesa para dizer que também querem ser parte do entendimento. Isso é uma novidade, porque antes era mais ou menos uma regra: desde que não mexam o com os recursos da União, façam o entendimento que eu apoio. E abro dizendo uma máxima: não acredito, de modo muito sincero, num entendimento que não seja pela força de quem tem maioria no voto, que eu acho que nesse caso pode não ser a melhor solução, pelas razões já colocadas. Acho que, sem a participação da União, a gente tem dificuldade de entendimento como eu quero apresentar aqui.

Dito isto, já que estamos na Casa do Legislativo e no Senado Federal, eu queria só lembrar, nós temos a proposta a ser votada, do veto, nesse caso não tem alternativa, ou é a favor do veto ou é contra o veto. Eu acho que há um consenso, aí é de 100%, do Brasil hoje, que, em votação, como única alternativa o veto, cai o veto, cai o veto, ninguém tem dúvida disso, sabendo das consequências que tem.

Temos o PL 8.051, que está na Câmara, que foi mandado quando foi feito o veto, ele pode ser uma alternativa para um substitutivo – está certo? – a partir dele, melhorando-o, ou tem o PLC que está aqui no Senado, que é até mais rápido, porque já passou pela Câmara, está aqui no Senado, o Senador Vital do Rêgo é o Relator, e com o substitutivo, ele vai apenas para a Câmara para a finalização. Ele é muito mais ágil, mais rápido.

Eu defendo que a Casa da Federação, que é o Senado, tenha a capacidade de construir uma proposta, pelo entendimento, aprová-la e facilitar a vida do Brasil inclusive em agilidade com a votação.

Pelo que foi colocado ontem, até para conhecimento de todos, eu participei da reunião ontem lá com o Ministro Guido e com a Ministra Ideli, estive lá rapidamente o Ministro Lobão, com suas equipes, e a representação da Câmara e do Senado, dos Líderes, me convidaram e o Senador Dornelles, foi feito um apelo pelo Ministro para que dia 14 ele possa apresentar o que ele chama de proposta preliminar, fruto dos estudos, dia 29, ele vai ter uma viagem internacional



na semana seguinte, dia 29 ele acha que é a semana em que se poderia construir esse entendimento final, redação de proposta.

Por isso fez um apelo ontem, pelo que sei, aqui também ao Presidente do Congresso Nacional, para que avaliasse essa posição. Ontem tive uma conversa com alguns governadores, prefeitos, enfim, foi colocado que se dia 14 sai uma proposta preliminar mesmo que aponte um rumo, será fácil para todos nós entender o tempo necessário.

Então dito isso, Presidente, vamos aqui à apresentação. Primeiro lembrar uma coisa simples, óbvia, mas é importante. *Royalties*, numa linguagem de povo, é a parte do rei, como o Brasil não tem rei, o rei do Brasil é uma rainha que é a União, representada, no caso, pela Presidente Dilma.

Vamos lá. (*Pausa.*)

Começo colocando esse lembrete, da área estudada, da área estudada, e apenas da área estudada, é uma área, tem 28%, que é onde estão esses pontinhos, basicamente aqui, confrontante com o Rio de Janeiro, que já foi licitada, essas são as áreas que ou estão em fase em produção ou que estarão em fase de produção muito em breve. Apenas uma parte pequena lá, fazendo um confronto lá com o Espírito Santo.

Então, é bom lembrar, não é bom esquecer isso, que depende desse PLC 16 para que sejam licitados esses outros 72%. O que eu vou falar aqui, em alguns números, são números já projetados, com base na pesquisa, dos 28%. Só para a gente entender que são números grandes, sem falar dos 72, estou falando aí em aproximadamente três vezes e meia o restante.

Pode passar. (*Pausa.*)

Significa dizer que o Brasil pode estudar ainda toda essa outra área, o Brasil pode estudar toda essa outra área. Um conceito simples que qualquer geólogo, mas mesmo quem não é geólogo pode conhecer. Como o gás e o petróleo são derivados de acumulação de matéria orgânica em alguma parte, nós temos rios despejando matéria orgânica em toda a área litorânea. Tente imaginar a foz do Amazonas, tente imaginar a foz do Parnaíba, lá entre o Piauí e o Maranhão, onde já estão sendo prospectados, no mar, gás e petróleo, o que deve ser anunciado ainda este ano. Há petróleo, o que não se sabe ainda é o volume, e é isso que está sendo pesquisado. Toda a bacia sedimentar...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sem esquecer do Jaguaribe.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Isso; sem nos esquecermos do Jaguaribe, sem se esquecer do São Francisco, sem se esquecer de tantos outros rios.

Quero apenas que a gente compreenda que o Brasil agora é que está começando a descobrir o seu subsolo, tanto no território quanto no mar. Então, é uma riqueza que ninguém pode prever de verdade o tamanho. Aliás, essa regra foi estabelecida, ela é injusta, principalmente com o Paraná, olha o



biquinho de como seria a área, o direito do Paraná, e o Piauí, por coincidência lá em cima. É de compreender que precisa ter algumas revisões dos cálculos. São Estados que são largos embaixo e vão afinando, pela regra que fizeram.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permita-me um aparte, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com prazer, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E como é que fica Goiás, Minas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É por isso que estou tratando isso aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Esse não tem nem o biquinho que o Piauí ainda tem.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Isso aí é para mostrar, para a gente compreender. A gente está tratando de modo muito forte Rio e Espírito Santo, porque foram as áreas descobertas. Aí comecei dizendo que o petróleo, pagam-se os *royalties*, que é a parte do rei, que pertence a uma rainha, que, na minha visão, é a União. Por isso que Goiás, por isso que outros Estados, na minha visão, têm todo direito na partilha. Somos uma Federação, é bom não esquecer, República Federativa do Brasil, autônoma, e o que sustenta essa Federação são algumas regras, uma delas é essa: que toda a riqueza de subsolo, que toda riqueza no mar ou na terra pertence à União, e a União pertence a todos. É isso o centro do debate.

Pois bem, apenas pegando a parte dos 28%, estamos, hoje, produzindo dois milhões de barris. Por isso que o Brasil se torna autossuficiente praticamente em produção de petróleo; o Gabrielli disse há pouco que é mais de dois milhões, 2,1 milhões. Isso gerou, em 2010, R\$ 21,6 bilhões. Em 2012, devemos chegar a 3,2 milhões de barris, R\$ 29 bilhões. Em 2017, devemos chegar a quatro milhões de barris. Isso são projeções da EPE e do PDE, vai gerar em torno de R\$ 60 bilhões. E, em 2020, 2022, aqui a Petrobras diz que é 2020, eu continuo um pouquinho mais pessimista, colocando 2022, em torno de seis milhões de barris/dia. Multiplica isso por 365 dias a US\$ 100, que é o preço de hoje. Isso são cálculos, colocando US\$ 70, colocando muito abaixo do que está sendo pago hoje, para a gente ter uma noção.

Portanto, nesta área dos 28%, vamos ter aí algo em torno de 100, 110 bilhões a serem distribuídos de *royalties*, participação especial. Continuará com *royalties*, participação especial até 2022, nesse cálculo de US\$ 70.

Esse é o dinheiro que vai entrar nesta década. Os 72%, agora, a gente aprovando a regulamentação este ano, serão abertas as licitações, contratos, inicia o trabalho. A previsão é que, em 2019, 2020, é que a gente começa a ter extração de gás e petróleo.

Pode passar. (*Pausa.*)



Para a gente ter um ideia, esse é o cálculo da própria Petrobras, ou seja, a Petrobras estima, em 2020, 6.418 milhões barris.

Pode passar. (*Pausa.*)

Bom, pelas regras colocadas, aí são todas, não é uma só, uma regra que está na Constituição, 40%, União, 60%, Município. Houve uma modificação, quando aprovada aqui no Congresso, que nesses 28% já, no momento em que sair a regulamentação do PL 16, da partilha, a União recebe, via Tesouro Nacional, o que já recebia até a aprovação da lei, provavelmente R\$ 10 bilhões. E, a partir daí, vai o restante para o Fundo Social, ou seja, tem um limite: uma parte fica com a União e, a partir daí, o que entrar vai para o Fundo Social. Aí é onde está um espaço, na minha visão, para o entendimento com a União. Por quê?

Só para lembrar aqui, porque se a gente imagina cem bilhões, estamos falando de quarenta bilhões, teoricamente, teoricamente não, na prática, se for aprovada este ano, esses dez bilhões permanecerão com a União, o que entrar para frente, que serão mais 30, que é 40% de 100, vão para o Fundo Social. Isso é um grão de areia dentro do Fundo Social. O Fundo Social, só para entendermos aqui, 70% de óleo extraído vão ficar com a União porque 30% é o custo de extração das empresas, etc., em média. Pode ser um pouco mais, pode ser um pouco menos. Então temos que imaginar que cada 1 milhão de barris, a 70, 80 ou 100 dólares, estou falando em 70 milhões, 80 milhões por dia para cada 1 milhão. Nesta área, estima-se que podemos chegar a entre 4 e 7 milhões de barris. Nesta área dos 28%. Então com isso, quero dizer que estão falando em 4 milhões de barris por dia. Então, fazendo os cálculos, a 80 dólares, como foi calculado pela Petrobras, nós falamos em 320 milhões de dólares/dia, entrando no Fundo Social. Isso vai alcançar, muito rapidamente, nas contas do próprio Governo, 1,5 trilhão de dólares no Fundo Social. Por isso que o Presidente Lula criou o Fundo Soberano porque é tanto dinheiro que, se aplicado dentro do Brasil, ele coloca o nosso real a uma posição incontrolável. Então será pulverizadamente aplicado no mundo e apenas uma parte no Brasil.

O rendimento desse Fundo Social é que nós vamos poder usar. É uma ideia fantástica porque a nossa geração e qualquer geração do futuro poderá usufruir dessa poupança.

Dito isso, adiante. (*Pausa.*)

Como é que foi 2010. Dos 21 bilhões, a União ficou com 8,6 bilhões, Rio de Janeiro e seus municípios 9,8 bilhões, Espírito Santo e Municípios 900 milhões. Todos os outros Estados 700 milhões, todos os outros municípios, 1,6 bilhões.

Então, claramente pela regra o Rio ficou com 80,2% dos *royalties* e participação especial distribuído.

Vimos aqui, na apresentação do Governador Sérgio Cabral, uma informação precioso. Num dado momento, no final, dos anos 90 houve uma mudança no ICMS da origem para o destino. Isso causou um desequilíbrio ao Rio



de Janeiro. No final do Governo de Fernando Henrique, para socorrer o Rio, se fez uma regra onde ali se tinha os primeiros poços com alta vazão e, por esse motivo, isso aconteceu. Naquele momento foi feita uma regra, aprovada pelo Congresso Nacional, para poder não desequilibrar o Rio de Janeiro. Não se imaginava que teríamos Pré-sal e todas essas coisas.

Pode passar. (*Pausa.*)

Na prática, para compreendermos, o que significa positivamente para um e negativamente para outros, para todos, a derrubada do veto. Ou seja, se derrubar o veto o que acontecerá? A União, pela regra, ficaria com base em dados deste ano, de 2011, deve chegar a algo em torno de 25, 26 bilhões de royalties. Aqueles 21, 22 vão subir para mais ou menos esse valor. Então a União ficaria com 10,9 bilhões que compensaria o Rio. Tinha que tirar uma parte do Tesouro ainda para poder completar, para compensar o Rio e o Espírito Santo.

Os Estados e municípios outros distribuiriam 16,8 bilhões. Esse era o valor que seria partilhado. Ou seja, aquilo que era 60% de Estados e municípios seriam partilhados pela regra do Fundo de Participação para todos os Estados e municípios. E a União compensaria o Rio. Essa era a regra, por isso que foi vetado, porque a União alegou que não suportaria sozinha.

Na proposta que apresentei, na verdade, aí não foi fácil quero dizer aqui, convencer governadores, prefeitos, que não poderia desequilibrar o Rio e o Espírito Santo. Então, na proposta a primeira medida é: tira dos Estados e municípios produtores para compensar Rio e Espírito Santos. E, a partir daí é que aplica a regra dos 40% e 60%.

Então, na prática, é como se os outros Estados estivessem colocando mais ou menos 7,5 bilhões para essa complementação. O outro vem da União que pela lei é autorizado a ser compensado o Fundo Social até que chegue no ponto de equilíbrio ao que ela vinha recebendo também para não desequilibrar a União. Na proposta que montamos Rio, parte do patamar que já recebia; Espírito Santo, parte do patamar que já recebia e, a partir daí, é a regra geral de todos os Estados. Continua crescendo a partir dessa regra e a União também não teria desequilíbrio.

Pode passar. (*Pausa.*)

Esse acordo precisa envolver a União. O que é que está sendo cobrado, na verdade? Uma participação especial dos Estados confrontantes ou afetados. Acho que isso é justo. Então veja: Quando que a União pode abrir mão do que ela tem, com base no cálculo que eu fiz dos 40 bilhões, quanto que pode tirar daí para fazer a compensação? Pela proposta apresentada aqui é de 50%. Quando a proposta foi discutida na Câmara, e lembrava ontem o Deputado Henrique Alves, os Estados ditos produtores confrontantes recebiam 19%. A União ficava com 25%. O Presidente Lula teria negociado com o Governador Sérgio Cabral e surgiu um outro relatório em que os Estados produtores ou confrontantes passaram para 25% que é a parte líquida da União. Porque tem



uma outra parte do Ministério de Ciência e Tecnologia, Marinha que é até alterado na nova lei. Então houve uma alteração os Estados subiram 6% saíram 19 para 25 e a União desceu de 25 para 19.

Por isso que falo de 6%, porque é algo que já foi feito pela União. Por que a União não faz? Pode chegar à metade? Digo sempre que esse valor, pelo menos pensando no imediato, pode ser um valor significativo porque é um dinheiro que entra agora. Mas pensando no futuro ele é um valor... O que é 30 bilhões no meio de 1 trilhão de dólares? Para entendermos o que eu quero dizer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador, essa relação, esse crescimento da receita é proporcional aos barris produzidos ou não?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Nesta fase dos 28% sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Porque está previsto um crescimento de dois para seis.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – São 2 milhões de barris que, em 2010, serão 6 milhões. Então, cresce 4 milhões. Só a partir desses 4 milhões é que começa a ter...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, para darmos fluência, vamos deixar a discussão para depois.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu só queria entender porque de 8,6 para 40 não está na proporção. Só se é diferente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não, os 6 milhões de barris vão gerar 100 bilhões de *royalties* em participação especial. Quarenta por cento disso, são 40 bilhões.

Na prática, a proposta que estou sugerindo e acho que ela tem como lógica um substitutivo ... O projeto que eu apresentei foi anexado ao PLC 16. A ideia é que ele seja transformado com um melhoramento possível nesta área.

Então a União 7,1,6bi de petróleo no mar, mais petróleo em terra, 8,6milhões. A União receberia o que já tinha recebido, isso com base em 2010.

Rio de Janeiro, em 2010, pela nossa proposta, ficaria com 9,8 bilhões, foi o que recebeu, era o tinha direito a receber, mais a regra do Fundo de Participação que é 1 bilhão, teria recebido 10,8 bilhões, mais a compensação se isso for acordado pela União. Isso só a União pode dizer sobre essa outra etapa.

O Espírito Santo recebeu 900 milhões, receberia mais cerca de 400 milhões, pela regra do Fundo de Participação teria recebido 1,3 bilhões, mais a parte da compensação como Estado confrontante. Todos os Estados juntos iniciariam partilhando 4,15 bi, todos os municípios 4,15 bi. Mais ou menos 9,30 bi. Isso numa previsão de 27 bi para os próximos 12 meses após a aprovação da lei.

Para compreender, não desequilibrar a União porque ela continua recebendo o que já recebe, não desequilibra Rio e Espírito Santo, porque eles partem do que já recebiam. Os Estados e municípios recebem menos do que já



receberia com a derrubada do veto, mas teria, a partir daí, uma regra justa que é do proporcional à população e o inverso da pobreza para frente.

Pode passar. (*Pausa.*)

Aí, nós temos como alternativas: a alternativa do PLC 16 e do PL nº 8.051.

Pode passar. (*Pausa.*)

Aqui é para clarear um ponto. Fiquei feliz porque vou usar de argumento é o que o Presidente da Petrobras disse aqui. Na verdade, as empresas, Petrobras e outras, da sua produção com base no preço pagam *royalties* e pagam participação especial. Pagam para quem? Para o Tesouro Nacional. Do Tesouro Nacional vem para o Banco do Brasil e aí é feita a distribuição.

Então estamos tratando da distribuição para frente. Logo não tem quebra de contrato, não tem qualquer alteração na relação nem com a Petrobras nem com as outras empresas. Então o Brasil não estará quebrando nenhum contrato por esta regra.

Pode passar. (*Pausa.*)

Esse só para poder ajudar naquele entendimento.

Em 98, o que entrava de *royalties* era 283 milhões. Chegamos em 2010 com 21,6bi. Então aqui, quando foi feita essa regra, para poder ter uma alternativa para o Rio, a produção era muito baixa.

Outro detalhe importante que quero destacar é o seguinte. O verde é *royalties*. Até 99, 100% do que entrava eram *royalties*. A partir de 2000, começou a entrar a participação especial. Veja que na participação especial... Porque agora só são poços de alta vazão, de grande vazão, a tendência é ela ficar cada vez maior. Ela já hoje mais da metade. Por isso o meu raciocínio na ideia de ampliar de 10 para 20 e não de 10 para 15% na nova partilha. Como acaba a participação especial, se o *royalties* com 10% representa metade do bolo, é preciso ter outros 10% para outra metade do bolo. Então não é uma ficção científica. Ao invés de transferir tudo para a União que já estava dividido, recompõe. Acho prudente que tenhamos uma regra que, pelo menos, seja 50% do bolo que são *royalties* que passa para 10%, e a outra metade mais 10% Por isso é que são 20% e não 15% como o Governo encaminhou para cá.

Pode passar. (*Pausa.*)

Em resumo, pela proposta que estou levantando, com base na proposta do Senador Sérgio Cabral, nós teríamos o Fundo social que é 40%, se o governo resolver colocar os 6 pontos percentuais que falei para ajudar nos entendimentos, a União cairia para 34. Se resolver colocar a metade de 40 que é 20, iria para o Fundo Social 20%. O restante seria regulado no artigo próprio como compensação aos Estados confrontantes ou afetados, ou para os outros Estados que não recebem que é o que o Senador Dornelles tem apresentado. Estou mostrando o que é um dinheiro novo, um dinheiro que não vai para o cofre da



União, não desequilibra a União. Na verdade ele vai para o Fundo Social, que seria a base para os entendimentos.

Pode passar. (*Pausa.*)

Cito aqui para termos uma ideia de que não é um valor pequeno.

Belo Monte, tudo que é feito de compensação socioambiental, 3,2 bi. De uma vez só. Estamos falando de um negócio de 6, 7 bilhões por ano. Ou de 20, 24 bi por ano, de compensação socioambiental. Estou colocando assim para compreendermos a lógica da proposta.

Pode passar. (*Pausa.*)

Há um ponto em que eu gostaria que o Senado estivesse aqui rasgando de debate, porque, para mim, é o mais importante. Infelizmente, o debate da partilha nos impediu de fazer o verdadeiro debate. O que fazer dessa riqueza? O que fazer desse dinheiro?

Do Fundo Social, estou defendendo a tese do Senador Valadares, da Senadora Vanessa, do Senador Inácio Arruda e de tantos outros que têm proposta nessa direção para a gente destinar 50% do resultado das aplicações do Fundo Social em educação. Pelo menos acho que vale a pena carimbar. É a maior riqueza que uma geração, ou várias gerações podem deixar para outras, é o conhecimento, pesquisa, educação. Educação de qualidade não se faz sem dinheiro. Fui governador e tinha toda a vontade do mundo em fazer. Não tinha dinheiro. Acho que todos os governadores, independente de partido, de prefeito, querem fazer, mas não têm dinheiro suficiente. Precisam de mais dinheiro e acho que não podemos perder essa chance.

Naquilo que vai para os Estados e municípios estamos colocando sob a forma de fundo, num entendimento como os prefeitos e governadores, destinando no mínimo 40% para a educação, que pode ser mais mas não pode ser menos; 30% para essa área social: saúde, segurança, etc.; e deixando até 30% para infraestrutura, que também é um pleito de muitas regiões. Então esse dinheiro chega para investimentos, ele não pode ser torrado de qualquer jeito. Acho que é uma regra importante.

Pode passar. (*Pausa.*)

Pela regra, a União continua recebendo o que recebia. O que aumentar de *royalties* a partir da regulamentação será destinado ao Fundo Social. O Fundo Social já disse o valor e aqui a proposta é de 50%

Pode passar. (*Pausa.*)

Quero aqui dizer a cada um dos Srs. e Sr^{as} Senadoras uma coisa muito simples. A regra do Fundo de Participação é uma regra justa. Ela divide no proporcional a população e no inverso da pobreza, no inverso da renda. Quem já foi prefeito, secretário, ou quem acompanha, sabe do quanto deve ser doloroso, vivi isso, você querer fazer as coisas e não ter condições, não ter recursos. Acho que essa forma de descentralizar, automaticamente, direcionando para o que o País precisa, é muito importante. E o Brasil inteiro, meus queridos Senadores, vai



viver uma lógica que é o mais importante. Quanto mais igual ficar o Brasil, mais os Estados mais populosos crescerão suas receitas nesse bolo.

Quanto mais Alagoas melhorar a sua renda, quanto mais o Maranhão ou o meu Piauí, o Pará ou qualquer Estado, mais ganham os Estados mais desenvolvidos porque a regra é a renda *per capita*. Melhorou a renda nos Estados mais pobres, a divisão é ampliar dos Estados mais ricos. Isso é o que defendo, aqui.

Quero agradecer muito obrigado e espero que seja esse o caminho: o entendimento como a alternativa. Quero, aqui, me somar a todas as falas.

Acho que a derrubada do veto é a solução mais perigosa. Ela vai mostrar apenas a nossa incapacidade de um entendimento. Quero ser vitorioso pela capacidade da Casa do entendimento, a Casa da Federação com uma solução justa adequada ao nosso País.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Passo agora a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente Delcídio do Amaral, Senadora Lúcia Vânia, Senador Benedito de Lira, meu caro Wellington, Governador Helenilson, queria cumprimentar os Presidentes das Comissões por esse esforço que está sendo feito. E da minha exposição, aos números eu me ajoelho. De modo que não tenho intenção de discutir aspectos constitucionais e jurídicos de definição de royalties porque acho que isso é ultrapassado. Apenas, quero deixar bem claro que nós no Rio nunca dissemos que o petróleo pertence ao Rio. O petróleo é da União. O que existe no mar e mesmo no solo do Rio...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senador, por favor, inclua o Espírito Santo e os capixabas, na sua manifestação.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado. Nunca dissemos que o petróleo é do Rio. Quando vejo às vezes dizerem: o petróleo é do Rio... Nunca dissemos isso. O petróleo do mar e da terra é da União e os *royalties* são apenas uma compensação devida paga por aquele que explora o petróleo, àqueles que sofrem as consequências da exploração.

Mas apenas levanto esse ponto porque às vezes, alguns apartes têm mostrado que o Rio acha que o petróleo é dele. Agora, aos números eu me ajoelho. Acho que essa nossa discussão tem que ser em torno de números. Primeiro, quanto da exploração do petróleo vai para a União, vai para os Estados produtores, vai para os Estados não produtores. Segundo, o corte entre o que já foi licitado e o que não foi licitado. Então esse quadro que mostrei aos senhores, hoje no momento em que se transforma a concessão em partilha, a participação especial, como bem disse o Senador Wellington, some, desaparece. O que é



participação especial e o regime de concessão é lucro excedente no regime da partilha.

Passei aos senhores duas folhinhas para detalhar a minha proposta. Como os senhores estão vendo, coloquei a arrecadação do ano de 2010. Os Estados produtores arrecadaram de participação especial 5,835bi. Correto? Essa participação especial ela some, no regime de partilha. Some mas vira lucro excedente da União. Aquilo que os Estados e municípios produtores recebiam como participação especial vai ser lucro da União no sistema de partilha. Vamos chamar de petróleo excedente. Defendo que essa parcela não seja o ganho da União, mas aquilo que os Estados e municípios produtores deixam de receber de participação especial seja um ganho dos não produtores. Nesse momento, a União não perde nada. A União apenas não vai ganhar a parcela que cabia aos Estados e municípios produtores. Vai para os Estados e municípios produtores. Na proposta da União, nesse primeiro momento, os Estados e municípios produtores perdem 5800 e os Estados não produtores ganham esse valor.

O segundo momento, é uma proposta consolidada e o Senador Wellington aperfeiçoa, é que o royalty passe de 10% para 15%. Aquilo que veio a ser licitado. De modo que isso provocaria um ganho. Como Estados e municípios produtores tiveram 6300, isso daria um ganho para os Estados produtores de 3100, o que compensaria a perda de 5835. Os Estados não produtores passariam de 8 para 1600 e a União que teria 2800, o ganho dela iria também para os Estados não produtores.

Então, os senhores veem que nessa folha ao lado, na minha proposta, a União perderia, nesse primeiro momento, 1,400 bi. Os Estados e municípios não produtores perderiam 1,300 bi e os Estados e municípios produtores ficariam com 8.400, com ganho de 7;600. Sobre essa proposta quero dizer o seguinte. Até aí não houve nenhum aumento praticamente em relação à participação especial. Isso seria para o futuro. Seria para os poços que vierem a ser licitados. O Senador Wellington, com muita propriedade, lembrou que um dos países que tem a tributação do petróleo mais baixa do mundo é o Brasil. Ele sugere, com muita propriedade, que o royalty passe para 20%, em relação aos campos já licitados, o que concordo plenamente.

Nesse caso, a União poderia repassar essa diferença para os Estados não produtores e o ganho dos Estados produtores poderia chegar a 10 milhões. O problema como eu disse, a nossa discussão não pode ser em torno de vitorioso ou vencido. Acho importante que todos sejam vitoriosos e que venhamos a discutir em lugar de números. Quando se quer resolver um problema se começa pelo conteúdo: números. Depois, escreve-se o texto. Quando não se quer discutir, começa-se discutindo texto e não se chega a lugar algum. Acho importante vermos quanto os Estados produtores querem ganhar, quanto nos cabe e quanto cabe à União.



Nós temos o problema da tradição. O Senador Wellington muito bem disse que se criou uma realidade em que os Estados não produtores querem ganhar a partir de 2012. Essa participação especial, quando foi criada, o barril do petróleo estava a 10, 12... Então o que aconteceu? Quando se estabeleceu a tabela, se estabeleceu o mínimo de isenção não baseado em valor, mas em metros cúbicos que é o barril.

Então, vamos admitir. Se a produção fosse 10, o mínimo de isenção era 100. Como foi em barril, 10 vezes 100, a isenção passou a 1000. Qual a consequência? Dos 300 campos de petróleo existentes no Brasil, só 18 estão pagando participação especial. O que é um absurdo, um desrespeito aqui no momento ao que todos estão querendo. Estou defendendo que essa participação especial não seja aumentada, que ela seja ajustada como é a tabela do Imposto de Renda do assalariado. E faça com que as empresas de petróleo nacional e estrangeira paguem maior participação especial e que essa participação que pode ser cobrada por decreto... Quero dizer que não quero aumentar, eu quero que elas paguem, em 2010, o mesmo valor em termos reais, que elas pagavam em 98. Esse montante seria destinado aos Estados e municípios não produtores já a partir de 2012. Esse montante seria discutido e ajustado na tabela da participação especial. É um escândalo o que essas empresas de petróleo estão pagando de imposto no Brasil. Então nós estabelecemos uma regra para o futuro, que é um ajuste nas tabelas de *royalties*...

O *royalty*, ao contrário da participação especial, não pode ser aumentado para os campos já existentes, porque existe contrato. Mas a participação especial não é aumento. Quero deixar claro que não estou propondo aumento de participação especial. Estou propondo uma correção da tabela de participação especial, como se corrige. Do contrário, acabou a participação especial, em relação ao futuro e no passado não pagam nada! Estou defendendo a participação especial em relação ao que já existe nos campos licitados pela concessão. Isso estabelece uma situação. Quanto é preciso? Vamos discutir os números. Por isso que acho, Sr. Presidente, que nós temos que fazer uma discussão de números. Não queremos ser vitoriosos, nem derrotados, nem massacrados. Queremos que todos possam sair vitoriosos. Agora, com o sacrifício de quem? De quem está pagando pouco. Queremos que paguem, em termos reais, o que já pagavam em 98. E não estão pagando porque, naquela época, em decorrência do cálculo, praticamente 300 campos de petróleo apenas 12 estão pagando. Temos que fazer essa correção.

A minha proposta em relação aos campos futuros é essa que apresentei aqui aos senhores. O que nós ganhamos de participação especial seria destinado aos Estados e municípios não produtores em problema de preços de óleo, os *royalties* seriam ampliados e o grande ganho seria para Estados não produtores, e a transição seja feita com os recursos da participação especial que precisa ser atualizada porque não tem sentido, hoje no Brasil, essas empresas de



petróleo pagarem uma tributação tão reduzida. E não tem sentido que houvesse campo de concessão para partilha... É importante que União fique com os mesmos recursos, que esse lucro ela destine todo ao Fundo Social. Mas não tem sentido que o que os Estados produtores vão perder a União ao invés de destinar aos Estados não produtores fique com ela.

Sr. Presidente, essa é a minha proposta que coloco em discussão. Estou pronto, tenho conversado com representantes dos governadores que foram escolhidos pelo Senador Wellington, procurando uma solução. No entanto, acho importante o seguinte. O Rio de Janeiro, pela sua tradição, pela sua história, quer negociação. Nós não queremos ganhar nada. Queremos achar uma solução em que todos sejam vitoriosos. Porque se nós formos para o veto vamos assinar um atestado da nossa incapacidade política de achar uma solução.

De modo que a nossa posição como representante... Senador Ferraço está botando nós Estados produtores, Rio de Janeiro, Espírito Santo, queremos um entendimento, queremos uma grande concórdia de modo a que todos possam sair ganhando.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles, também pela objetividade.

Passo a palavra, agora, ao vice-governador do Pará, Exmº Sr. Helenilson Cunha Pontes.

O SR. HELENILSON CUNHA PONTES – Bom dia a todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras, queria cumprimentar o Senador Delcídio do Amaral, Presidente desta reunião, Senadora Lúcia Vânia, Senador Benedito de Lira, Senador Wellington Dias, Senador Francisco Dornelles, Governador Marconi Perillo que acaba de chegar.

Como aqui representante de um Estado como disse o Senador Flexa Ribeiro, muito brevemente entraremos para o grupo dos chamados Estados produtores, vou fazer uma breve manifestação, tentando trazer a visão de um Estado da Amazônia que vai ser produtor, mas que sofre hoje com uma regulamentação inadequada, para ser genérico, da compensação que os Governos recebem, que o País recebe pela exploração das riquezas naturais. O que acontece com o Petróleo não é diferente do que acontece com o minério, nem com a energia, nem com os recursos hídricos. Em primeiro lugar gostaria de cumprimentar esta Casa e os Srs. Senadores que tão ardentemente têm buscado um consenso à construção de uma proposta que atenda aos interesses do País. Acho que aqui nenhum de nós tem a premissa de que o petróleo é do Rio de Janeiro ou do Espírito Santo. Aqui, o amadurecimento do debate já chegou a um ponto de entendermos que esse petróleo é do País, sobretudo das futuras gerações que poderão gozar dos rendimentos dessa riqueza natural que Deus abençoou o País.



O aprofundamento deste debate, a seriedade com que o Senado Federal especialmente tem tratado desse tema merece elogios de nós que estamos no comando dos governos. Não se está falando aqui de uma coisa de pouca importância. O Senador Wellington Dias, apresentou números que mostram como este tema pode alterar o futuro do desenvolvimento do País. Acho que o Senado Federal, os Senadores Francisco Dornelles e todos os demais Senadores que têm apresentado proposta, aprofundado no estudo desta questão merecem os aplausos da sociedade brasileira e de todos os governadores, vice-governadores e todos os parlamentares do Brasil. No momento em que a classe política sofre críticas da sociedade, num momento como esse merece ser registrado com tinta negra para mostrar que realmente o Senado está cumprindo a sua tarefa de tratar com seriedade um tema tão importante.

No momento em que temos propostas de diferentes naturezas, acho importante que estabeleçamos certas premissas de consenso. Nossa visão de um Estado da Amazônia, cuja extensão territorial é maior do que toda a região Sudeste, o Pará sozinho é maior do que o Espírito Santo, Rio, Minas e São Paulo, somados. Então a visão que nós do Estado do Pará temos de temas como este, mesmo sendo ainda um Estado não produtor, é de que este debate é uma janela de oportunidade para que a República possa iniciar uma construção de uma política de desenvolvimento regional que compense os estados menos desenvolvidos deste País. Os estados que sofreram com o processo civilizatório, com o processo de ocupação e de desenvolvimento do Brasil, como o Pará especialmente, e alguns estados especialmente do Nordeste, que pagaram o preço do desenvolvimento do Brasil.

Eu acho que este é o momento de a República do País olhar esta perspectiva: como transformar este debate numa janela de oportunidade para levarmos justiça social a esse irmão brasileiros que estão em áreas do Nordeste e do Norte e que sofreram os impactos do desenvolvimento do centro-sul, e que o Brasil louva, e o Brasil é grande por causa do centro-sul, e ninguém nega isso.

Então, a primeira nota que queremos fazer aqui é esta: este assunto não pode estar descolado da premissa de ser utilizado como instrumento de desenvolvimento regional. Aqui estamos discutindo apenas quem é produtor, quem não é produtor. Aqui temos de discutir é o que essa riqueza vai representar como instrumento de transformação da realidade do Brasil, e não apenas da realidade de estados produtores ou não produtores, de estados que têm frente para o mar ou que não têm frente para o mar. O importante é verificar, nesta discussão, uma janela de oportunidade para rediscutirmos, sim, o processo de distribuição da receita pública, no sentido mais lato do termo, entre os estados da Federação, especialmente os estados mais pobres e menos desenvolvidos.

Uma segunda nota para reflexão: também não é possível descolar este debate da discussão geral da repartição do bolo dos recursos que são da sociedade brasileira entre União, estados e municípios. A União é um ente mítico



que não existe sem estados e municípios. A União nada mais é do que a junção de estados e municípios. Não existe União sem estados e municípios. Portanto, não pode haver uma relação de conflito entre a União, estados e municípios. A União nada mais é do que o resultado de um consenso entre estados e municípios. Então, não é possível que esse ente mítico, distante do município, distante lá da educação ou do posto de saúde lá do município, possa continuar com a fatia do Leão.

Então, esta é uma nota que precisa ser registrada neste debate. Se alguém aqui tem que ceder para que o consenso aconteça – e o Senador Wellington Dias colocou isso com muita propriedade, com muita felicidade –, na visão do Estado do Pará, é a União Federal, porque quem está prestando segurança pública lá no município ou no estado é o estado; quem está lá no município fazendo educação básica é o município; quem está lá fazendo educação básica e saúde básica é o município; quem está com os desafios da infraestrutura dentro dos estados são os governadores. Então, a União, esse ente mítico que hoje abocanha 60% da riqueza nacional, em termos de repartição da carga tributária, é quem tem que dar a sua contribuição para o consenso.

Essa é a visão do Estado do Pará, um estado que sofre prejuízos da ordem de R\$20 bilhões já, pela não compensação das perdas decorrentes da desoneração das exportações do minério, Senador Maldaner. Vinte bilhões de reais! Só um número. No ano passado, o Estado do Pará contribuiu com mais de 50% do saldo da balança comercial da exportação só com o minério exportado das minas do sul do Pará.

Então, o Pará tem dado sua contribuição ao equilíbrio macroeconômico, a chegarmos aos US\$360 bilhões de reservas, e o estado não recebe, desde 1998, as compensações adequadas pela desoneração das exportações da Lei Kandir, pelo minério que sai ainda bruto das minas do Estado do Pará. O Pará tem dado a sua contribuição ao País, e este registro deve ser feito.

E queria, nesta oportunidade, diante de tão eminentes Senadores, estudiosos do tema como o Senador Dornelles, o Senador Wellington, pedir, em nome do povo do Pará, que esta Casa aprecie com carinho o PL do Senador Flexa Ribeiro, que está sendo relatado pelo Senador Aécio Neves, que deve rever a regra da tributação da exploração mineral, especialmente da exploração mineral bruta que sai do Brasil para criar empregos na China; do minério que sai daqui para gerar empregos na China, e o Brasil impulsionando, com a sua riqueza natural, o desenvolvimento chinês. Então, é a hora de o Brasil também fazer este debate em relação aos *royalties* da mineração.

Uma terceira nota para reflexão: como disse o Senador Francisco Dornelles – já tivemos oportunidade de conversar no seu gabinete –, esta Casa, o Congresso Nacional, nós, os agentes políticos, todos nós envolvidos neste debate não podemos criar um regime jurídico que não seja pautado pelo princípio da



segurança jurídica. Seria lamentável, desastroso para o País que esta questão fosse ao Supremo Tribunal Federal e os investimentos decorrentes da exploração dessas riquezas naturais, tudo aquilo que pode ser gerado de riqueza, de emprego, de renda, de tributos fosse perdido por uma insegurança jurídica causada pela ganância de um ou de outro lado que quer abocanhar mais recursos.

Então, eu acho que a maturidade política desta Casa, dos Srs. Senadores, das Sras Senadoras, vai levar – e o Estado do Pará acredita nisso – a um momento de consenso, que deve ter como premissa básica a segurança jurídica. O País não pode deixar na mão de 11 ministros do Supremo a decisão sobre seus destinos em termos de aplicação de toda essa riqueza a que o Senador Wellington Dias se referiu. Se nós não construirmos nesta Casa, se os senhores e as senhoras não construírem nesta Casa uma regra à prova de bala do ponto de vista da segurança jurídica, serão 11 ministros que decidirão o futuro do Brasil em termos de aplicação desses recursos e de distribuição desses recursos. Isso é lamentável para a democracia, isso é lamentável para o País.

Então, como vice-governador, como representante do Estado do Pará, nós acreditamos firmemente que esta proposta sairá daqui à prova de bala jurídica; que a segurança jurídica deve ser uma premissa inafastável, inelutável de qualquer proposta que seja aprovada pelo Senado Federal, pelo Congresso Nacional, sob pena de transferirmos ao Supremo Tribunal Federal a discussão de tema tão complexo que, diante de tantos estudos, de tantas propostas, não se chega a um consenso nesta Casa. Eu imagino essa discussão no plenário do Supremo Tribunal Federal, com 11 ministros tendo de se debruçar sobre tudo isso que já se disse aqui, sobre todas as propostas tão ricas e tão bem elaboradas que os Senadores Wellington Dias e Francisco Dornelles citaram aqui.

Então, eu acho que essas premissas de que temos que utilizar este debate como uma janela de oportunidade para distribuir a riqueza deste País entre os estados que hoje não recebem recompensas pela exploração de seus recursos naturais deve estar na pauta. Assim como deve estar na pauta a necessidade de se construir uma proposta que preserve, do ponto de vista da segurança jurídica, a discussão desse tema no Supremo Tribunal Federal.

Uma quarta observação: nós não podemos transformar isso numa guerrilha entre estados produtores e não produtores. O Estado do Pará não pensa assim. O Estado do Pará tem o maior carinho com os estados produtores, até porque vai ser produtor em breve. A cisão maniqueísta deste debate entre produtores e não produtores não contribui. A dicotomia inafastável entre produtores e não produtores já não se coloca, porque temos produtores maiores e menores até por isso. Então, afastar o debate entre produtores e não produtores não me parece que seja uma alternativa saudável do ponto de vista do aprimoramento do debate e do consenso, que todos nós estamos procurando.



Então, eu acho mais importante, em vez de afastar entre produtores e não produtores, nós procurarmos reconhecer que os estados que hoje têm uma projeção de arrecadação construída em cima de campos já licitados não podem, de uma hora para outra, simplesmente ser derrotados, como diz o Senador Dornelles, fragorosamente, como inimigos dos demais estados que hoje são colocados como não produtores. O Estado do Pará não se alinha em qualquer debate que coloque vitoriosos e derrotados. Nós não temos aqui nenhum interesse de abocanhar recursos de estados como Rio de Janeiro, Espírito Santo ou São Paulo, transformando esses estados em estados derrotados neste debate. O debate não é de vitoriosos e de derrotados. Este debate sequer nos pertence, porque diz respeito ao futuro dos nossos filhos, de nossos netos, de nossos bisnetos.

Temos de ter a responsabilidade de reconhecer que o Rio de Janeiro, o Espírito Santo, São Paulo, os chamados estados produtores têm, sim, uma linha de argumentação que é forte no que tange à separação entre os já licitados e os não licitados. Se nós não construirmos uma situação de consenso, este debate irá ao Supremo Tribunal Federal inafastavelmente! Até por prerrogativa de função dos governadores, que serão obrigados, pelos seus eleitores, pelos seus cidadãos, a levar isso à apreciação do Supremo. Imaginem essa questão no foro do Supremo Tribunal Federal.

Então, eu acho que a segurança jurídica deve ser o norte do debate.

E uma última consideração ainda, para efeito de reflexão: há, como disse o Senador Dornelles, espaço para aumento das incidências, das recompensas tributárias sobre a lucratividade da exploração do petróleo. A participação especial, como bem citou o Senador Dornelles, está defasada do ponto de vista histórico, e o quadro mostrado aqui pelo Senador Wellington Dias mostra bem isso. Há, portanto, espaço para regras que tragam essa recompensa para uma realidade de 2010, de 2011. Aí se gerariam recursos adicionais para a compensação de estados que hoje, com muita justiça, querem já um pedaço da exploração das nossas riquezas, que são os estados chamados não produtores; portanto, gerar-se-ia aí um espaço para compensação desses estados; um espaço para a preservação dos interesses do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e do Estado de São Paulo; portanto, um espaço para o consenso.

Do outro lado, não é possível que a União possa tirar as vantagens dessa exploração mineral na mesma medida que estados e municípios. A nossa visão, do Estado do Pará, é que o bolo do Leão deve sair da União e ser distribuído entre estados e municípios, especialmente estados e municípios que sofrem com a ausência de uma política de desenvolvimento regional, que concentra riqueza e concentrou, historicamente, nos estados do centro-sul.

Para concluir a contribuição do Estado do Pará neste debate: primeiro, é, mais uma vez, louvar o empenho dos Srs. Senadores e das Sras Senadoras na discussão deste tema. Pedir, encarecidamente, que esse mesmo



empenho, esse mesmo espírito público, essa mesma devoção à causa do Brasil se aplique no debate sobre as regras de mineração que devem ser encaminhadas pelo Governo e que já estão aqui no Senado por meio do PL do Senador Flexa Ribeiro, que hoje são absolutamente desconectadas do que acontece no mundo. As incidências de *royalties* de minerais no Brasil estão completamente desconectadas com o que acontece no mundo. No Brasil, não se pagam *royalties* de mineração sobre o lucro! Na Austrália, pagam-se 40%. O Chile acabou de constituir uma tributação sobre o lucro das mineradoras. E os lucros das mineradoras, não é preciso dizer, estão nos jornais.

Essa riqueza não é das mineradoras. Essa riqueza é do povo do Brasil.

Então, este mesmo debate nós queremos que seja feito, encarecidamente, por este Senado Federal, por esta Casa da República com a seriedade com que está sendo feito este debate do petróleo. E que nós possamos levar ao Brasil e construir para o Brasil um regime jurídico justo, um regime jurídico adequado, um regime jurídico que não privatize a riqueza natural, que não é dos acionistas das empresas, mas que é do povo do Brasil.

Hoje, a não tributação do lucro das mineradoras e a tributação deficiente do lucro das empresas petrolíferas está levando para o bolso dos acionistas, por meio da distribuição de lucros e de juros sobre capital próprio, o rendimento que deveria estar em governos, fazendo política social, educacional, de saúde, segurança e tudo aquilo que o País demanda dos governos.

Então, esta reflexão o povo do Pará queria trazer aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras.

Muito obrigado pela atenção, Senador Delcídio, e eu fico à disposição.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Vice-Governador Helenilson Cunha Pontes, do Pará.

Passo agora a palavra ao ex-Senador, hoje governador do Estado de Goiás, estado vizinho do meu Mato Grosso do Sul, Governador Marconi Perillo.

Aqui, Governador Marconi, estamos destinando vinte minutos para cada expositor, mas V. Ex^a tem toda a liberdade para expor o posicionamento de Goiás e do Centro-Oeste também.

Com a palavra, o Governador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO – Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, caro ex-colega e amigo Senador Delcídio do Amaral; caríssima amiga Senadora Lúcia Vânia, do meu Estado de Goiás, presidente da Comissão de Infraestrutura; caríssimo amigo Senador Benedito de Lira, presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional; caríssimo ex-colega Senador Dornelles; caríssimo Senador Wellington, meu ex-colega governador; amigo Helenilson Pontes, vice-governador do Pará; Exm^{os} Srs. Senadores; senhoras e



senhores, o Senado é a Casa da Federação – isso já definia, há mais de cem anos, Rui Barbosa. E este momento é um momento importante, não só para debatermos essa questão do pré-sal, mas também para refletirmos um pouco sobre a Federação.

Como governador, depois de ter passado pelo Senado, enfrentando hoje muitas dificuldades, não apenas o Estado de Goiás, mas os outros estados também, percebemos que o debate sobre a refundação do pacto federativo é cada vez mais necessário. A cada dia que passa, as receitas para os estados e para os municípios diminuem, e as demandas crescem. O povo cobra suas necessidades e leva suas demandas aos prefeitos, aos municípios e aos governadores, que são responsáveis, os estados praticamente sozinhos, por todos os investimentos e gastos na área de segurança pública; são responsáveis por boa parte dos investimentos e gastos e custeio na área de educação, de saúde, de saneamento básico, de boa parte do que se despende também na área de infraestrutura; em alguns casos, como é o caso de Goiás, ainda investem no ensino superior. Enfim, as demandas são crescentes a cada dia, e as receitas caem também a cada dia.

Somente em relação à Lei Kandir, Srs. Presidentes, os estados têm uma perda anual equivalente a R\$24 bilhões. Os estados praticamente seguram nas costas todo o volume de exportações e todo o superávit exportador brasileiro, e recebem, a título de ressarcimento, anualmente, menos do que R\$2 bilhões. Deixam de receber R\$22 bilhões de ressarcimento, por conta das perdas da Lei Kandir.

O Estado do Pará, Senador Flexa Ribeiro, é certamente o estado que mais perde, porque exporta *commodities*. Mas o meu estado, o Estado do Mato Grosso e vários outros estados perdem, todos os anos, receitas de ICMS vultosas, por conta da Lei Kandir.

Eu votei a favor da Lei Kandir quando era deputado, mas, no texto da Lei Kandir, estava expresso que a União se encarregaria do ressarcimento anual. Hoje sequer o ressarcimento é inscrito no Orçamento-Geral da União, e, todos os anos, os governadores precisam ficar de pires na mão, implorando que seja aprovada alguma suplementação orçamentária, garantindo que pelo menos R\$2 bilhões, de um total de R\$24 bilhões, sejam ressarcidos.

Agora mesmo, a Câmara está debatendo o projeto do Super Simples. A ampliação do Super Simples será importante para as microempresas, mas os estados vão ter de novo perdas significativas. Somente o meu estado terá mais de R\$100 milhões de perdas anuais, por conta do Super Simples.

Todas as vezes em que se cria uma contribuição e se reduz alguma alíquota de impostos, os estados perdem, porque as contribuições são exclusivas para a União, enquanto os impostos são compartilhados. Muitas vezes, os impostos são reduzidos, e aumentadas as contribuições. Com isso, os estados e os municípios perdem.



Por outro lado, os Estados pagam hoje juros que oneram demasiadamente as nossas receitas. O Estado de Goiás pagará, somente neste ano, a título de juros, serviços e amortização da dívida externa, quase R\$1,5 bilhão, incluindo precatórios. E o pior é que as taxas de juros são elevadíssimas. Nós temos hoje as maiores taxas pagas no Brasil. Nós pagamos quase que 20% de taxas de juros, enquanto o BNDES pratica taxas ínfimas, de menos de 5%.

A reforma tributária que está sendo debatida na Câmara, que deverá chegar ao Senado, vai implicar, por outro lado, Senador Delcídio, perdas incriveis para os estados, especialmente para os estados produtores. Se tivermos a redução para cinco faixas de alíquotas, já teremos uma redução de receitas muito grande. E, se houver a mudança da cobrança da origem para o destino, outro desastre para quem produz.

O projeto sinaliza com a possibilidade de ressarcimento. Ora, como acreditar que haverá ressarcimento, se nunca houve o ressarcimento devido aos estados pela União em relação ao que nós perdemos com a Lei Kandir?

V. Ex^a, Senador Delcídio, que está na pós-graduação como pré-candidato a governador do Mato Grosso do Sul, deve começar a se preocupar, colocar as orelhas em pé em relação ao que vai enfrentar daqui para a frente. Os senhores não sabem da dificuldade que temos para cumprir a lei que estabelece o piso mínimo para professores. Senador Lindbergh, meu ex-colega, nós queremos atender aos 1.200 professores que ainda não estão no piso; só que, se nós dermos o piso, temos o efeito cascata, e vamos ter um ônus no Estado de Goiás de quase R\$500 milhões, e estamos amarrados: não podemos dar o piso porque temos de atender a todas as categorias.

Enfim, a situação dos estados é cada vez mais difícil. Vai chegar a um ponto em que a Federação vai se desintegrar, os estados e os municípios vão falir literalmente. E o Sr. Senador Delcídio que, tenho certeza, tem todas as chances de vir a se tornar governador do seu estado, verificará isso pessoalmente, caso seja eleito. A situação é muito delicada.

Nesse contexto, debate-se aqui a questão de uma nova redistribuição de *royalties*, incluindo agora os *royalties* do pré-sal. A primeira colocação que faço é no sentido de elogiar o esforço do Senador Dornelles, esse grande brasileiro, que defende, com muito vigor aqui, os interesse do seu estado, o Rio de Janeiro, dos estados produtores. E o faz com muita competência, inclusive trazendo dados técnicos da mais alta qualidade.

Por outro lado, o Senador Wellington Dias, ex-governador do Estado do Piauí, traz aqui também uma proposta que procura beneficiar os estados não produtores. Não é uma proposta que tenha como objetivo prejudicar o Estado do Rio de Janeiro ou o Estado do Espírito Santo, mas uma proposta que tende a ser conciliatória em relação aos interesses dos estados e dos municípios não produtores com os estados e municípios produtores e a União. É uma proposta muito bem articulada, muito bem arquitetada, que poderá resultar numa solução.



Fui informado aqui pelo vice-governador do Pará, Dr. Helenilson Pontes, de um projeto do meu querido amigo Senador Flexa Ribeiro. Pode ser também que, nessa proposta, nós encontremos um consenso em relação a essa distribuição de uma riqueza que é nacional. É preciso deixar claro que essa é uma riqueza do Brasil, e nós só vamos conseguir combater desequilíbrios regionais, discrepâncias regionais e promover efetivamente o equilíbrio e o desenvolvimento regional no Brasil se formos capazes de buscar consensos que não prejudiquem uns em detrimento de outros, mas que efetivamente garantam a promoção do País como um todo, garantam aos estados condições de suprirem as necessidades básicas das populações, que dependem dos governos estaduais e das prefeituras, que dependem de recurso.

Ora, quem é que não quer, em sã consciência, quem é a pessoa sensata, equilibrada, avançada que não queira resolver problemas na área de segurança pública? Mas, para isso, é necessário dinheiro.

Os Estados são hoje, única e exclusivamente, os responsáveis pela promoção da segurança pública. Município não tem de colocar dinheiro constitucionalmente falando, nem a União. Então, nós somos responsáveis por gastos vultosos na área de saúde, na área de educação.

Enfim, se nós queremos efetivamente contribuir para um debate nacional, de refundação do pacto federativo, de fortalecimento da Federação, de fortalecimento dos estados e dos municípios, é preciso aproveitar esse debate oportuno do pré-sal, para garantirmos a efetividade da Federação.

Pela proposta do Senador Wellington, por esse substitutivo dele, a União continuaria ainda com receita de quase R\$9 bilhões; o Rio de Janeiro, com receita superior a R\$10 bilhões; o Espírito Santo, com receita superior a R\$1 bilhão; e os estados não produtores teriam uma participação de R\$4,150 bilhões, enquanto os municípios também R\$4,150 bilhões.

Eu creio, Senador Delcídio, Senadora Lúcia Vânia, Senador Benedito de Lira, senadoras e senadores aqui presentes, que essa partilha, ou esse consenso que buscamos aqui poderia ser o início do reequilíbrio federativo, do reequilíbrio financeiro para os estados e para os municípios.

Na mesma linha do vice-governador do Pará, ninguém quer aqui retirar nada dos estados que produzem. Agora, no tocante ao debate acerca do pacto federativo, não há lugar mais propício para se iniciar esse debate do que a CAE, do que a CI, do que a CDR, do que o Senado. E eu sugiro, Senador Delcídio, Senadora Lúcia Vânia, Senador Benedito de Lira, que realizemos outros debates aqui para discutirmos a questão da Federação, a questão do pacto federativo.

Eu agradeço muito aos senhores, à Sr^a Senadora Lúcia Vânia, ao Senador Cyro, meu querido colega, meu sucessor aqui no Senado, por terem me convidado para participar deste debate aqui. Eu não vou ser enfadonho, não vou ser repetitivo, não vou repetir aqui o que já foi colocado, com tanta propriedade,



pelos senadores e expositores que me antecederam, mas eu deixo esta reflexão acerca da questão federativa. Os estados e os municípios vão falir se não tomarmos providências imediatas.

Eu não vou usar todo o tempo, Senador Delcídio. Vou emprestar parte dele para que possamos debater este assunto de tão grande relevância.

Muito obrigado a todos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador Marconi Perillo, pelas palavras. Sem dúvida alguma, o Senado vai discutir esses temas tão importantes, não só os *royalties*, mas estamos discutindo a questão do FPE, do FPM, da dívida dos Estados, o PRS 72, ou seja, uma pauta bastante extensa. Não tenho dúvida nenhuma que essa vai ser a grande agenda do Senado Federal neste segundo semestre.

Vou aqui listar os oradores inscritos. Depois que eu terminar de falar os nomes, está encerrada a inscrição. Temos aqui, na ordem: Senador Walter Pinheiro, Senador Valadares, Senador Pimentel, Senador Lindbergh Farias, Senador Flexa, Senador Cyro, Senador Casildo, Senadora Ana Amélia e Senador Ricardo Ferraço. E nós vamos seguir o Regimento, três minutos, fazendo tudo num bloco só.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio, eu acho que chegamos a um estágio – e quero corroborar o que disse o meu grande companheiro de Senado, Senador Dornelles – em que os números nos levam a um nível cada vez mais de aproximação, Senador Wellington. Mas há horas em que temos que fazer uma outra mediação. Os números apontam, orientam, mas vou aqui completar o que disse o nosso índio, o Senador que brilhantemente nos trouxe um conjunto de reflexões e caminhos para este debate, que é necessário colocar o guiso no rabo do gato. Nós vamos ter que materializar esses números num texto.

Agora chegou a hora de fazermos a nossa parte, materializando isso que, de forma muito correta, V. Ex^a traz para gente. E aí num modelo apresentado para nós pelo presidente da Petrobras – acho que ele não esperava que trouxesse, nas explicações dele, o caminho, Senador Wellington, dessa simplificação, para que a gente fosse ao encontro desses números. E o Senador Dornelles coloca muito bem, que é o seguinte: nós não estamos impondo nem criando nem inovando, Senador Wellington e Governador Perillo, nenhuma forma no sentido de escolher um terceiro setor, digamos assim, para a gente atacar, que são as empresas nessa área de operação. Mas muito mais na linha do que é o próprio dado que nós trabalhamos aqui, Senador Dornelles, no que é a participação especial de hoje e o que será essa participação de amanhã, nessa divisão do bolo para atender essa demanda de Estados e Municípios.



Então, eu diria que nós encontramos o ponto de aglutinação para elaborar uma legislação, tratando agora como nação a necessidade efetiva de distribuímos esses *royalties* de maneira que enxerguemos essa pregação dos governadores, que não assusta – o Delcídio está doido para tocar esse problema, está preparando o terreno aqui hoje –, mas que nos leva, primeiro, a definir essa etapa. Se colocarmos, antes disso, a exigência de solucionarmos os problemas do pacto federativo, creio que vamos nos deparar com problemas insolúveis, e aí os números vão falar mais alto, Senador Dornelles. Esses números moverão diversos setores. E nessa confusão, nós não fecharemos esse projeto.

Quero encerrar dizendo o seguinte: efetivamente, nós temos que fazer uma escolha aqui de ir por partes. E a primeira parte é repartir essa questão dos *royalties*. Feito isso, consolidaremos o caminho de forma muito enfática e agora irmanada, porque a decisão do Governo é importante quando diz que quer, até o dia 14, apresentar um rabisco. É o governo dizendo: “eu estava até este momento como uma parte dessa discussão”. Caberá, efetivamente, ao Senado essa concertação que envolve governadores, Estados produtores, não produtores, Municípios, etc. e tal. Mas nós precisaríamos ter essa relação com o Governo para dizer que uma parte disso tem que ser absorvida pela União; e mesmo a parte, como muito bem coloca o Senador Dornelles, nós temos que cobrar das empresas. É necessário que a União encaixe essa decisão, e até por decreto, eu diria, numa canetada de extensão. Portanto, nenhuma nova legislação para que essa outra parte possa complementar esse bolo que nós estamos discutindo aqui e, de uma vez por todas, fecharmos um projeto que sinaliza para a primeira grande pactuação feita na União, que selará o caminho para a gente ir para a segunda etapa, que é o pacto federativo.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito bem, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra o Senador Valadares, Senador pelo Estado de Sergipe, por três minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr^a Presidenta, componentes ilustres desta Mesa, Srs. Senadores, eu faço parte, sou Senador de um pequeno Estado da Federação brasileira que está entre os maiores produtores de petróleo, o Estado de Sergipe, que é mais ou menos do tamanho do Estado de Israel. Mas, além de ter um coração grande, porque é um Estado nordestino, encravado entre dois Estados – Bahia, grande produtor de petróleo, do Senador Walter Pinheiro, e também do Estado de Alagoas, do Senador Benedito de Lira –, este Estado, apesar de ser produtor de petróleo, caminha nessa mesma direção de quantos aqui participam desta audiência pública.

Os Estados não estão participando de uma guerra fratricida; não há uma guerrilha instalada nos Estados produtores tampouco nos Estados não



produtores. Somos irmãos de um mesmo País, de uma mesma Federação. E essa Federação só se consolida e os nossos sonhos só podem se concretizar na medida em que estamos realmente unidos e marcando essa união com objetivos bem claros.

Os números, como disse o nosso Senador Dornelles, falam por si mesmo. Se nós concordarmos com a realidade dos números, estaremos concordando com a realidade do texto da lei a ser elaborado futuramente.

Já temos o arcabouço dessa lei; o Senador Wellington Dias dá um demonstrativo de que o Nordeste do Brasil está muito bem representado pelo Estado do Piauí.

A minha palavra é apenas de alegria, primeiro, por constatar essa união com objetivos concretos visando consenso; em segundo lugar, ratificar a opinião já dada em projeto anterior, quando do marco do regulatório do pré-sal, de que 50% dos recursos advindos da exploração do pré-sal fossem destinados à educação. E agora o Senador Inácio Arruda repete essa mesma proposta, e eu sou o relator designado na Comissão de Educação.

Quero reafirma que o País só pode conquistar um futuro mais brilhante e dar saltos para o futuro se puder contar com educação de qualidade, com inovação tecnológica, com ciência e tecnologia, com professores bem remunerados, com escolas bem instaladas, enfim, com qualidade de ensino, desde o primeiro grau até o nível superior, dando exemplo pelo mundo afora. Portanto, vamos nos equiparar às nações mais desenvolvidas, trabalhando pela educação. E o pré-sal, que é essa riqueza incomensurável que nós temos, vai nos dar a grande riqueza incomensurável, fortalecendo os sonhos da nossa juventude.

Parabéns, Sr. Presidente Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Com a palavra o Senador José Pimentel, por três minutos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu quero saudar os nossos Presidentes, a nossa Presidenta, os expositores e começar registrando que este debate do pré-sal é um excelente debate porque nós estamos discutindo receitas novas, receitas crescentes num momento em que temos o que compartilhar. O ruim de discutir partilha é quando você está tendo redução de receitas, porque você vai partilhar as dificuldades; aqui não. O que nós estamos discutindo é exatamente a possibilidade de respeitar e assegurar os montantes dos Estados confrontantes. Eu não gosto muito de chamar de produtores porque a produção não é em um território, é em alto-mar. E nós, há muito tempo, definimos que o limite são os terrenos de Marinha; dos terrenos de Marinha para frente, os terrenos pertencem à União, e o nosso Senador e Ministro Dornelles coloca com muita precisão: o petróleo é da União.

O que nós precisamos é remunerar diferentemente aqueles que, eventualmente, possam ter uma agressão maior ao seu território, à sua realidade.



Então, esse entendimento é muito importante para que nós possamos fazer esse desenho da partilha. E eu acredito que o que o Senador Wellington Dias traz como contribuição um bom ponto de partida. Acho que, a partir desses números, nós podemos construir um texto e, ainda no mês de setembro, conforme temos o compromisso com a sociedade brasileira, levar a voto no Senado e, em seguida, na Câmara Federal.

Queria também adiantar que essa questão do pacto federativo que o nosso Governador Marconi Perillo traz é muito importante. Estamos aqui com duas subcomissões debruçadas sobre esses temas, e o colegiado de governadores também tem pautado, já esteve com o Presidente do Congresso Nacional, tem uma agenda sobre isso. O diferencial de alíquota é um item que nós precisamos trazer para a Ordem do Dia; esse é um dos fatores que está contribuindo para a desindustrialização do Brasil. Porque, se nós compramos uma máquina, um equipamento dos Estados industrializados, pagamos 18% a mais: 7%, no nosso caso, direto para o Estado industrializado, na transferência de alíquota, e mais 11% para o empresário que instalou a máquina no nosso Estado. E nós somos obrigados a restituir essa diferença dos 11% exatamente por isso. Já temos hoje uma dívida, entre os Estados com o setor industrial brasileiro, de mais ou menos R\$95 bilhões. Essa dívida é gerada de 2000 para cá. Portanto, aí há um debate muito forte sobre isso.

Temos a questão do ICMS da importação. Para os Estados semi-industrializados é preferível comprar máquina importada porque ele coloca o ICMS baixíssimo, credita-se no imposto de importação e a União faz o ressarcimento esse empresário em até 12 meses. E agora, com o programa Brasil Maior, a partir de maio de 2012, faz o ressarcimento em dia. Ou seja, rigorosamente em dia, apresentou o crédito, o Tesouro paga. A partir de outubro, esse prazo é reduzido até chegar em dia, enquanto os Estados membros levam 48 meses para ressarcir esse que investe em máquinas e equipamentos e tem que se capitalizar no mercado. Esse é um tema decisivo que nós precisamos definir.

O outro é o comércio eletrônico, em que as grandes lojas se preparam e os Estados semi-industrializados, onde a planta dessa grande loja não está instalada.

Temos a questão do fator de atualização das dívidas dos nossos Estados membros que tem um desenho muito adiantado, e uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que é a nova partilha do FPE e do FPM, que precisamos construir. Temos acordo nisso; só temos divergência, nosso governador, com relação ao Simples nacional.

O senhor sabe que eu sou um dos autores desse processo, e montamos um desenho lá, na Lei 123, que vigora a partir de julho de 97, em que a partilha para o Estado do ICMS é 3,95%, para a faixa a partir de 1,2 milhão hoje e, a partir da atualização, de 1,8 milhão. E como nós aprendemos no ICMS, ele é 18% da margem de lucro. E trabalhamos com a margem de lucro de 20%. Então,



o ICMS máximo que o Estado cobra é 3,6; no Simples, é 3,95. Portanto, nós montamos um desenho em que o Estado sai ganhando. E é exatamente por isso que eu acompanho rigorosamente essas contas. Se você pegar julho de 2007 a julho de 2011, o Estado que menos cresceu, a sua receita do ICMS no Simples cresceu 57% em valores reais. E tenho item por item, empresa por empresa por conta do Cnae, do CNPJ dessas empresas.

Por último, nós temos nesse setor um setor em que o faturamento bruto da União em 2010 – todas as receitas brutas em 2010 – somou R\$7,4 trilhões. Todas as empresas inscritas no Simples do Brasil faturaram R\$410 bilhões. Portanto, de todas as empresas do Simples, que hoje são 5,4 milhões, o faturamento é menos de 10% do faturamento nacional. Portanto, o problema do Estado não está aqui; o problema está em outra ponta, nos 90% em que normalmente há isenção de ICMS. E aí nós queremos concentrar em cima dos pequenos o fato dos contratos que foram feitos em épocas passadas e os seus desdobramentos. E esse setor, até ontem, era basicamente informal. Nós tínhamos 1,337 milhão de empresas em julho de 2007. Hoje estamos com 5,4 milhões, e o senhor nos ensinou – e eu aprendi – que o pior do mundo tributário é a informalidade, e aqui nós estamos formalizando para ajudar os nossos Estados membros. Portanto, o senhor fique tranquilo de que o desenho que nós estamos fazendo, desde 97, protege os Estados, principalmente do ICMS. E de onde é que nós tiramos? Tiramos da União. Ou seja, o teto normal da alíquota do Estado é 3,6, e nós estamos pagando 3,95 nesse sistema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

O Senador Pimentel fez um tratado tributário. Não foi só de *royalty* que ele falou; ele aproveitou e varreu a agenda.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu não vou falar sobre os vários aspectos aqui; quero me concentrar – e estou muito esperançoso –, Governador Marconi Perillo, nessa negociação. É preciso dizer que os Estados não produtores conseguiram pautar sua visão desse problema.

Ontem, nós tivemos aqui os governadores dos Estados produtores concretamente construindo uma aliança com os Estados não produtores a partir dos argumentos dos Estados não produtores. Não dá para ficar desse jeito; tem que mexer, mexer no pré-sal e criar uma regra de transição agora. Então, nós estamos irmanados nisso.

O que houve ontem foi muito simbólico. Depois nós fomos a uma reunião com o Governo para dizermos: “Olha, nós estamos juntos na construção de uma saída”.

Há alguns caminhos. A gente sabe que, na concessão, Estados e Municípios não produtores era 8,75%; do jeito que está aqui agora, aumentou para 44%. Mas todos nós estamos chegando à conclusão aqui, dos Estados não



produtores e dos Estados produtores, que houve uma alteração na relação do que é da União com o que é de Estados e Municípios, porque hoje, de participação especial, temos algo em torno de 11 bilhões; *royalties*, quase 10. Ou seja, mais de 50% é participação especial. Isso acaba, Senador Perillo, na partilha. Acaba a participação especial. E o Governo aumento *royalties* de 10 para 15. Era para ter aumentado para manter a proporção, no mínimo, para 20. Esse é um consenso que nós estamos estabelecendo aqui. Ou seja, aumenta, mantém a proporção entre União, Estados e Municípios e aumenta a fatia para ser distribuída do pré-sal para todo mundo.

Mas nós concordamos com a segunda tese, e a gente entende a angústia dos governadores de dizerem que não dá para esperar só pré-sal. Esse é o caminho que estamos tentando construir, e os Senadores Wellington e Dornelles estão tendo um papel nisso. Eu acho, sinceramente, que nós tínhamos que avançar para chegar com um projeto desta Casa, para entrar no debate com mais força. E dá para fazer isso; são várias as alternativas.

Eu só queria chamar a atenção aqui para um fato novo, pesquisado aqui, que quero passar para todos, quero passar para o Presidente da CAE, da Comissão de Infraestrutura, quero passar para o Benedito de Lira, que é Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, para os Senadores Wellington e Dornelles; vou mandar distribuir a todos os Senadores.

Senador Pimentel, houve um aumento muito grande no preço do petróleo a partir de 2002. Estou aqui com um estudo do Ministério de Minas e Energia feito pela Empresa de Pesquisa Energética, que era presidida pelo Dr. Maurício Tolmasquin. Neste estudo aqui, eles mostram que, de 2002 a 2006, todos os países produtores de petróleo aumentaram suas participações governamentais – está aqui o estudo –, menos o Brasil. Os Estados Unidos, o Reino Unido e a Venezuela colocaram o seguinte: depois de US\$70, muda. Criaram um sistema, e nós ficamos parados.

Eu achei, a minha assessoria achou um estudo do FMI sobre a Rússia. Um estudo do FMI sobre a Rússia que falava que a Rússia tinha que aumentar a sua participação governamental e citava como exemplo diferenciado o Brasil, que está nesta linha aqui debaixo. Quer dizer, o Brasil é o país que, depois de um determinado volume, não modifica nada. Isso é muito interessante.

Eu queria passar esses estudos para os senhores porque eu estou convencido de que aquele caminho de mexer... O decreto nosso é de 98, o que estabeleceu os critérios de que de 313 campos, só 22 campos pagam. E o valor do dólar naquela época era dezesseis; hoje está cento e tanto. Esse aqui pode ser um caminho para nós. Por isso é que quero passar este documento para vocês.

E digo que este debate é velho, Ministro Dornelles. Olha só: peguei um trecho do Mercadante aqui na Comissão de Assuntos Econômicos em 2008. Olha só o que ele diz: “Que a gente leve para frente a revisão do critério de participação especial. Porque não é possível, com esse aumento do preço do



petróleo, esses dados que apresentei aqui. No primeiro trimestre, só 16 campos de petróleo estão pagando participação especial". E continua: "E produziam petróleo com 18, 20, e agora é 130". É o mesmo debate.

Então, esse é um grande caminho. Eu sei que a gente está participando coletivamente dessas negociações com o Governo, então eu vou separar esta matéria e passar para cada um dos senhores, porque acho que essa pode ser uma grande saída, uma grande fonte que não impacta tão forte a União, que está fazendo o seu esforço fiscal, mas que corrige uma distorção na legislação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh, primeiro, pela assessoria competente; segundo, porque obteve o vazamento de um documento importante para nós, do próprio governo; e, terceiro, é também, Senador Walter Pinheiro, entender que o Senador Lindbergh tem o Ministro Mercadante como uma leitura permanente no que se refere a essas discussões. *(Risos.)*

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Delcídio do Amaral, da CAE; Presidente Lúcia Vânia, da CI; Presidente Benedito de Lira, da CDR; Governador Marconi Perillo, é uma satisfação, uma alegria revê-lo, a saudade do convívio com V. Ex^a é enorme; meu amigo Vice-Governador Helenilson Pontes; meu professor Francisco Dornelles, professor de todos nós, nosso competente Senador Wellington dias, Srs. Senadores, eu aqui estou em êxtase.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – *(Intervenção fora do microfone.)* Pensei que estivesse com açaí, mas...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, o açaí me deixa sempre ativo...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – *(Intervenção fora do microfone.)* Não é "a sair" da reunião...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas eu estou aqui ouvindo uma música celestial. Nós chegamos aqui, Governador Marconi, Vice-Governador Helenilson, a algo por que nós lutamos há muito tempo. Acho que chegamos ao entendimento, e a União, o Governo federal não tem mais como fugir da discussão, Senador Pimentel, da reforma fiscal e tributária e do pacto federativo, da refundação do pacto federativo.

O que nós temos em andamento no Congresso – hoje, é por partes – deve ser juntado para se fazer a revisão. Não há como tratar separadamente esses pontos, porque, ao final, eles terão que ser aglutinados.

Vejo o entusiasmo do Senador Lindbergh, fico entusiasmado com a sua vitalidade à época, e hoje mantida, e quero usar isso a fim de avançarmos em todos os pontos, porque eu acho que chegamos a um entendimento aqui.



Primeiro entendimento: os Estados produtores não podem ser penalizados com relação à receita que têm no momento. Esse é um ponto sobre o qual há consenso. Segundo ponto que é consenso: os Estados não produtores – e quando falo Estados, também falo também dos Municípios – necessitam – e terão que ter – da participação no resultado da exploração do petróleo a partir de agora. Nós não vamos esperar 2020, 2022, não. Nós precisamos a partir de agora. É consenso. Eu acho que já chegamos aos dois pontos. Isso nos une. Isso nos une. Do que precisamos?

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sim, aí, o terceiro é que quem tem que... Não se trata de perder, mas de deixar de ganhar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – *(Intervenção fora do microfone.)* É compartilhar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É; é deixar de ganhar. Porque o que nós vemos aqui – ainda ontem, fiz uma observação sobre isso – é que a União é um animal insaciável, com relação a receita. Quanto mais ela tem, mais ela quer, e aí atropela Estados e Municípios. Ou seja, atropela quem? Atropela a nós, cidadãos; a nós, brasileiros. Porque ela tira daqueles que precisam ser atendidos. E aí é que quero usar o entusiasmo de V. Ex^a, Senador Lindbergh, para convencer a União, o seu Governo, para que ele entenda que não está perdendo; ele não pode ganhar mais. E entender como achar a solução.

Então, Senador Delcídio, quero parabenizar os Presidentes das comissões pelas audiências conjuntas.

Nós ouvimos o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão; ouvimos o Presidente da Petrobras; ouvimos os governadores dos Estados produtores; ouvimos os governadores dos Estados não produtores; ouvimos os Senadores que estão à frente do estudo do consenso – pelos Estados produtores, o Senador Francisco Dornelles, e pelos Estados não produtores, o Senador Wellington Dias – ; vamos ouvir o Dr. Nelson Barbosa, na próxima semana, que trata da questão da Fazenda. Acho que já podemos começar a construir esse entendimento, Governador Perillo, partindo de um número. Qual é o número? Como disse o Senador Dornelles, qual é o número que atende à necessidade dos Estados não produtores? É esse o número? Como vamos chegar a esse número?

Senador Delcídio, acho que já estamos maduros para nos sentar e escrever. E fico muito feliz mesmo, porque esta questão do pré-sal trouxe a discussão – e não há como fugir dela o Governo federal –, e nós vamos continuar, já vamos para a questão do Cfem dos minerais, para outros pontos que foram aqui destacados e que entendo que deveriam ser um conjunto. Mas vamos trabalhar isoladamente.

Senador Delcídio, a questão que estamos vivendo aqui – acho que foi o Senador Pimentel que fez uma referência, ou o Senador Walter Pinheiro – é,



graças a Deus, de discutir sobre aumento de arrecadação e não sobre perda de arrecadação. Ele fez uma referência inicial a isso, e é verdadeira. Então, é hora de atender todos os brasileiros, não só na questão do pré-sal, mas nas outras necessidades também.

Governador Marconi, Vice-Governador Helenilson, propus um debate, uma audiência na Comissão de Educação para discutirmos dois aspectos fundamentais também. Falamos em educação, na questão da transferência de recursos, Estados e Municípios, do transporte e da merenda escolar, que afetam todos os Estados e Municípios...

Vamos chegar lá.

Então, quero parabenizar os três Presidentes, os Governadores, os Senadores que estão envolvidos no processo, todos nós.

Só quero, Senador Lindbergh, que V. Ex^a nunca mais proponha o que propôs ontem, nesse seu entusiasmo permanente, de adiar a votação do veto no Congresso. Não faça mais isso. V. Ex^a, ontem, fez um balão de ensaio de querer jogar para final de setembro, outubro, e o Presidente Sarney foi firme. Nós vamos votar, no Congresso, o veto, no dia 22 de setembro. Então, V. Ex^a tem 20 dias. Como V. Ex^a não vai sair de férias agora esta semana – nós não temos férias –, vamos trabalhar para chegar a esse consenso e vamos votar até o dia 22, para a alegria de todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Eu só gostaria de fazer um registro. Entendo, dentro do que o Senador Flexa disse, e o Senador Lindbergh também, que as Comissões do Senado Federal têm que apresentar uma proposta, sim, independentemente da proposta que vier a ser apresentada pelo Governo. Eu não sei se todos os Senadores concordam, mas o Senado precisa apresentar uma proposta, e acho que estamos muito próximos disso por tudo o que falaram o Senador Wellington Dias e o Senador Dornelles.

Com a palavra o competente Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Excelência, meu mestre. Srs. Presidentes desta reunião, Sr^a Presidente, senhores convidados. Quero saudar todos na pessoa do meu Governador Marconi Perillo, sem desfazer dos demais, mas um dos melhores governadores do nosso Estado e do Brasil. É uma demonstração de carinho e de afeto porque nós vivemos, durante oito anos, os melhores anos que Goiás já teve, e ele se comprometeu a fazer, nestes próximos quatro anos, os melhores anos que os goianos terão.

Eu quero dizer aos senhores que aprendi, quando vim para esta Casa, com o Senador Delcídio, que, em todas as audiências, teria que ter o contraditório. E fico feliz porque não houve contraditório desta vez. A participação e a vontade são as mesmas. E, como disse o Senador Pimentel, aqui é uma situação diferente. Casa onde falta pão, todo mundo briga, todo mundo tem razão.



Mas é que estamos num momento diferente, de fartura. E o momento de divisão da fartura é um momento propício porque todos estão imbuídos e desarmados dos espíritos. A União tem que estar envolvida e, como o Senador Delcídio falou, tem que sair uma proposta desta Casa, porque a legitimidade da representação de cada Estado, igualitária, passa pelo Senado. Então, a razão maior é essa.

E acho que também a grande vantagem nessa partilha é que ela vai ser direcionada, Senador Wellington. Hoje assistimos a algumas coisas, que são Municípios extremamente ricos e que fazem bobagem com esse dinheiro. Fazem bobagem alguns Estados também, às vezes, porque têm excesso. Então, com todos os recursos que... Obrigado, Senador Dornelles, o senhor tem toda razão. Então, com isso, vamos ter a oportunidade de dizer o queremos da União, dos Municípios e dos Estados.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Um aparte do Senador aqui, mas ele não quis completar.

Então, de maneira que nunca vivemos um momento tão bom, tão salutar e de uma convivência tão estreita. O Senador “pop” Lindbergh, assim apelidado aqui Senador Delcídio, tem toda razão e nos traz, e hipotecar esse seu apoio é o apoio do Governo.

Muito obrigado e só desejo que, daqui para frente, a gente realmente chegue, no dia 22 de setembro, no Congresso Nacional, com uma proposta sem discussão, sem maiores problemas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro, pela objetividade, pela competência habitual.

Temos mais dois Senadores inscritos, que, contudo, não estão presentes. Assim, encerro com o Senador Casildo Maldaner e, depois, passo aos expositores, dentro da sequência que adotamos no início desta audiência.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Delcídio do Amaral, quero aqui, nesta saudação que faço a V. Ex^a, à Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Benedito, das três Comissões, com extensão ao Governador Perillo e também ao nosso Vice-Governador Helenilson, aos nossos dois mestres que coordenam esse papel, Senadores Dornelles e Wellington Dias, ser bem sincero. Eu estava imaginando, há alguns dias, que nós não íamos avançar tanto, mas acho que foi feliz o Senador Delcídio do Amaral com os colegas das Comissões ao promover esses debates aqui no Senado. Provocou o Senado, resolveu abraçar a tese, já que está conosco, já veio da Câmara esse negócio do veto, para nós decidirmos e resolvermos.

A Confederação Nacional dos Municípios, os movimentos todos, os Governadores, a pressão sobre nós cresceu e o Senado resolveu assumir,



resolveu incorporar essas dores. Eu tive a honra de ser executivo no meu Estado, Santa Catarina, e estou vendo as dores dos senhores do Pará e de Goiás, como é que as coisas andam. E aquilo que disse aqui o Senador Flexa Ribeiro eu quero assinar embaixo. Estamos numa espécie de êxtase. Estou sentindo hoje também alguma coisa no sentido extraterreno até, porque a coisa avançou.

A tese de V. Ex^a, Senador Dornelles, de apresentar e buscar fazer com que esses postos todos que não colaboram participem, ouvindo o *status quo* de 98 para cá, de vir para essa tese. Aquele trabalho do Senador Wellington Dias... Eu não conhecia esse trabalho silencioso de V. Ex^a. Havia tantas outras teses, mas esse trabalho que V. Ex^a expôs aqui eu não conhecia. É um tratado bonito, lindo, que o Brasil que assistiu hoje deve ter se empolgado até.

Então, V. Ex^{as}, com essas tendências de fazer com que produtores e consumidores, eu diria isso – e nós todos somos produtores de certo modo, e todos nós somos consumidores –, porque estou vendo que o Brasil tem um potencial adormecido, é um gigante adormecido. Eu não conhecia o potencial de V. Ex^a, que tem o Pará, com os minérios. E aí eu buscava até os Estados que produzem carnes e grãos. São potenciais que o Governo... Essa riqueza nacional que pode equilibrar inclusive entre os Estados da Federação, descentralizar as riquezas. É o potencial de um gigante adormecido que começa a despertar.

Acho que estamos acordando para o princípio federativo de descentralização, de avançarmos. Isso equilibra. Essa repactuação nacional ajuda muito.

Então, quero me congratular, não só nós, os catarinenses, mas acho que todos nós aqui fomos felizes hoje ao assistir a essas aulas, de participarmos com V. Ex^{as}, e cumprimentá-lo, mais uma vez, Delcídio. Nós estamos aqui para ajudar a buscar esse entendimento, aqui, e não transferirmos, como disse muito bem V. Ex^a, Governador, para o outro Poder, porque aí vai ficar muito ruim para nós. Que este debate político aqui de entendimento e do consenso é o melhor caminho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Vou inverter um pouco a ordem, até porque o Governador Marconi Perillo também já tem uma agenda. Então, começo pelo Governador Marconi Perillo; depois, pelo Vice-Governador Helenilson Cunha Pontes, pelo Senador Dornelles e, concluindo, pelo Senador Wellington, que vai apresentar mais uma lâmina que faltou na apresentação dele.

Com a palavra o Governador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO – Presidentes, eu não tenho muito a acrescentar, além do que já foi dito aqui. Quero apenas saudar os Senadores Walter Pinheiro, Valadares, Pimentel, Lindbergh, Flexa, Cyro Miranda, Casildo



Maldaner, pela lucidez com que estão encarando essa discussão, buscando o consenso num assunto que é de interesse nacional.

Peço permissão ao amigo, Senador Pimentel, apenas para corroborar com ele em relação a todas as vantagens do Simples. Eu colaborei muito para a aprovação do Simples, do Super Simples, quando Senador. Sempre acreditei que esse fosse o melhor caminho. Mas estou fazendo, no bojo de uma série de perdas que os Estados têm ou poderão vir a ter, apenas citei esse caso como um caso que poderá ocorrer se o projeto que está tramitando na Câmara hoje venha a ser aprovado...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – *(Intervenção fora do microfone.)* Da substituição tributária. É outra coisa.

O SR. MARCONI PERILLO – Sim; da substituição tributária. É outra coisa. Então, não tem nada a ver com... Eu apoio irrestritamente o Simples, agora o problema é substituição tributária.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. MARCONI PERILLO – Claro. Então, eu apoio, sempre apoiei, mas, pelos cálculos dos nossos técnicos da Sefaz, teremos prejuízos. E é para isso que estou chamando a atenção dos nossos Senadores, estou encaminhando, inclusive, uma carta à nossa Senadora Lúcia Vânia, aos nossos Senadores Cyro e Demóstenes, aos nossos Deputados, em relação a essa possibilidade de perdas por conta da substituição tributária.

Então, eu queria só esclarecer para não ficar nenhuma dúvida em relação a minha posição, que é claríssima em favor da simplificação para a microempresa.

Por fim, quero saudar efusivamente a iniciativa da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Delcídio do Amaral e do Senador Benedito de Lira, presidentes de três importantíssimas Comissões do Senado, de realizarem este debate, trazendo aqui, como expositores, as pessoas que defendem os Estados produtores e os não produtores e, por fim, saudar o debate que está sendo protagonizado por dois especialistas nesse tema, o Senador Wellington Dias e o nosso querido Presidente do PP, Senador Francisco Dornelles.

Muito obrigado aos senhores por terem me convidado para este debate tão oportuno e tão importante para o futuro do País.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador Marconi Perillo, sempre bem-vindo à Casa aqui, que sempre será de V. Ex^a.

Com a palavra o Vice-Governador Helenilson Cunha Pontes.

O SR. HELENILSON CUNHA PONTES – Senador Delcídio do Amaral, demais Senadores, Senadoras, apenas queria me irmanar com as palavras do Governador Marconi Perillo, agradecer pelo convite para participar de



uma reunião tão produtiva. Acho que o País hoje assistiu, como disse o Senador Maldaner, a uma lição de civismo e de espírito público. Acho que todos nós aqui estamos preocupados com o País, não é, especificamente, com os nossos Estados.

Então, apenas em nome do povo do Pará, do Governo do Pará, agradecendo pelo convite, colocar o povo e o Estado do Pará também nessa luta em busca do consenso, da melhor regra e, sobretudo – e aqui quero registrar novamente –, de uma regra que promova a segurança jurídica e que não transfira o debate sobre o tema para o Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Vice-Governador Helenilson Cunha Pontes, do querido Estado do Pará.

Vou abrir uma exceção só, para a Senadora Ana Amélia. Três minutos, Senadora. E, aí, encerramos com o Senador Dornelles e o Senador Wellington.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentar o Governador Marconi Perillo e o Vice-Governador do Pará pelos depoimentos, especialmente o trabalho feito pelo Senador Wellington e pelo meu querido Líder, Francisco Dornelles.

Mas quero colocar para os dois uma questãozinha bem rápida, Presidente Delcídio, especialmente para o Senador Wellington. Estamos vivendo aqui, neste debate dos *royalties*, a questão do pacto federativo, e é uma situação muito complicada pela fragilidade e pelo conflito de interesses entre União, Estados e Municípios.

A minha pergunta é esta: neste momento, está havendo maior compreensão e maior aceitação desse acordo pelos Municípios ou pelos Estados?

É essa a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu disse, Sr. Presidente, aos números eu me ajoelho. E estamos calculando os números para ver qual vai ser o ganho dos Estados e dos Municípios. Essa é uma disputa numérica. Acredito que vamos chegar a um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluiu, Senador Dornelles? (*Pausa.*)

O homem é objetivo mesmo. (*Risos.*)

Finalmente, com a palavra o Senador Wellington Dias, o peregrino dos *royalties* pelo Brasil afora.



O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Complicou a minha vida. Mas eu, Sr. Presidente, também quero dizer do meu entusiasmo, da minha animação com mais uma audiência avançando, mais uma vez, numa boa direção.

Acho que a reflexão do Senador Pimentel, na direção aqui abraçada também por outros Senadores, de que esta Casa não pode abrir mão de sua prerrogativa de construir uma proposta. Gostei muito do termo usado aqui pelo Senador Dornelles quando ele lembra que deixarmos de votar o veto, que todos nós estamos cantando em verso e prosa, que é um caminho legal, legítimo, mas que é perigoso. Ou seja, nós estamos muito próximos de um entendimento. Se a gente não deixar acontecer esse entendimento, é algo que pode ter, com certeza, consequências pelas quais não podemos nos responsabilizar.

Senador Lindbergh, quero só dizer que, e quero aproveitar isso, esse caminho, e eu tinha tratado ontem, quando a gente discutia com o Ministro da Fazenda sobre a ideia do reajuste do chamado valor referência do barril, tão bem levantada pelo Senador Dornelles, houve um conjunto de interpretações pela área técnica. Mas acho que esse caminho... Veja só, qual é o valor ideal para o empresário, para o investidor – essa é a pergunta que eu fazia – do preço do barril do petróleo? São US\$70. Com US\$70, a Petrobras ganha muito, as empresas ganham muito, etc. Então, o valor dos *royalties*, 10%, até onde o barril for US\$70, é uma coisa. Subiu de US\$70, como fazem os outros países, você tem uma nova alíquota. Então, você gera uma receita diferenciada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Na Venezuela, é exatamente 70.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Mas eu queria só apresentar aqui, meu querido Presidente, considerando aquela projeção que apresentei da proposta, alguém tem alguma noção do que significa isso? Casildo, Flexa, meu querido Vice-Governador, para vocês compreenderem um pouco do efeito. Como falei já da parte do Espírito Santo e do Rio, que seria o valor recebido mais a sua participação no Fundo de Participação, mais o que a gente negociar dessas novas fontes. Na proposta, por exemplo, 2010, o Estado do Mato Grosso do Sul, que recebeu até 2010, R\$11,914 milhões, passaria para R\$169 milhões. Chegaria em 2017 a R\$452 milhões. O Estado do Ceará, para citar um outro Estado aqui, que recebeu R\$94 e é um Estado produtor, por isso recebe um pouco mais, começaria com R\$754 milhões e chegaria, em 2017, em torno R\$1,905 bilhão. O Estado de Santa Catarina, para citar outro Estado, que recebeu, no ano passado, R\$57 milhões, começaria com R\$324 milhões; em 2017, R\$873 milhões. Estou colocando aqui, Alagoas, para ter outro exemplo, com R\$81 milhões, começaria com R\$431 milhões. Tente imaginar Alagoas, meu querido Benedito de Lira, com R\$431 milhões, para investimento em educação, em saúde, em infraestrutura, o que o companheiro Téo Vilela, que tanto está precisando desses recursos, não colocaria. O Paraná, que no ano de 2010



recebeu R\$48 milhões, Senadora Ana Amélia, começaria com R\$578 milhões e chegaria, em 2017 já, a R\$1,625 bilhão.

Coloco isso só para a gente entender um pouco.

São só os Estados.

Os Municípios. Um Município com coeficiente 0.6: R\$1,2 milhão por ano. Um Município 4.0: R\$15 milhões por ano.

A última planilha, das capitais. Uma capital como Florianópolis, para pegar um exemplo, 22 milhões, deve ter recebido muito pouco, está certo? Maceió, para pegar um outro exemplo, 85... Cinquenta e quatro milhões, está certo? Porque ele é proporcional à população e o inverso da renda. Estou pegando Maceió aqui, que é o mais baixo inverso da renda das capitais, 85. Então, eu estou colocando assim para compreendermos.

Eu acho que se fazemos esse desenho – e quero encerrar – para esse esforço, isso não é imposto, e é um dinheiro que já começa a entrar nos primeiros doze meses seguintes à publicação da lei. Os que forem aprovados em setembro, a partir de outubro, publicada a lei, já começa a pagar. Então, é algo concreto, real. Eu acho que, aprovada a regulamentação que devemos, do pré-sal, nós abrimos um distensionamento – e falo isso com a minha experiência de governador – para todas as outras reformas. Porque hoje está todo mundo com a faca na garganta. Na hora em que houver esse oxigênio, abrimos um outro ambiente para a negociação.

Então, quero, com essas palavras, dizer da minha animação e da minha alegria. E parabéns à Comissão por este momento que estamos vivendo aqui.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero parabenizar o ex-Governador e Senador Wellington Dias pelo trabalho exemplar que tem feito e pela competência. Esse, não tenho dúvida, é o primeiro grande passo para um grande pacto da Federação...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – (...) especialmente em relação aos temas que foram aqui discutidos.

Encerrando, o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Só para registrar: na minha adolescência, eu lia muito Malba Tahan, *O Homem que Calculava*. Ele agora retorna, aqui, com Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Malba Tahan.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, só para uma informação, não é sobre... Não quero pedir, como diz o outro, para uma



questão de ordem não. Eu quero só informar que tínhamos hoje pela manhã, no horário de meio-dia, sessão do Congresso, mas nas tratativas, principalmente com o PSDB, a sessão foi suspensa, portanto, não houve sessão deliberativa no Congresso, não chegamos a acordo, mas não encerramos a sessão. Suspendemos a sessão para a próxima terça, sessão do Congresso, para apreciar créditos – o veto ainda não está pautado nela –, mas estamos solicitando ao Presidente Sarney e ao Presidente Marco Maia que mantenham pelo menos os painéis.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Os painéis. Sábia decisão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu conversei há pouco com o Presidente Sarney, e o Presidente Sarney está tentando discutir, agora à tarde, a possibilidade de derrubar o painel hoje e exigir que os Srs. Senadores venham dar presença na terça. Nós ficamos de conversar à tarde. Em princípio, a sessão do Congresso está suspensa, e não encerrada. Ela abrirá na próxima terça-feira, mas para tentar garantir que efetivamente nós tenhamos quórum na sessão do Congresso, caso uma verificação de presença seja solicitada. Conversarei ainda com o Presidente Sarney para que nosso painel seja mantido.

Portanto, eu, por exemplo, estarei aqui na próxima terça-feira, na boa linguagem da comunicação, QRV e QAP, para tocar a sessão do Congresso.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sábia decisão, Senador Walter Pinheiro.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 07 minutos.)